

ANAIIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL

**3º CONGRESSO BRASILEIRO DE
NUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL**

19 de Novembro, Volume 2, 2022.

ibnmi

Instituto Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil

@ibnmioficial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

C749 Congresso Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil (4.: 2022 :
Porto Alegre, RS) / Anais do...[Recurso digital].
Organizado por Caroline Ayres. – Porto Alegre: IBNMI, 2023

DOI 10.29327/1295897
ISBN 978-85-5722-926-6

1. Nutrição - Congresso. 2. Nutrição Materno-Infantil. I. Ayres,
Caroline, org. II. Instituto Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil
(IBNMI).

CDD 613

CRB-4/1241

ISSN 2965-5366

CORPO EDITORIAL

Comissão Organizadora

Nutricionista Dra. Caroline Ayres

Nutricionista Mestre Ana Henz

Nutricionista Gabriela Moreira

Comissão científica – Banca Avaliadora

Dra. Caroline Ayres

Mestre Ana Henz

Nutricionista Gabriela Moreira

Orientações para submissão de resumo para pôster digital

Orientações para submissão de resumo para pôster digital:

- O resumo deverá ser enviado para o e-mail contato@ibnmi.com.br com o assunto - RESUMO CONGRESSO.
- Pelo menos um dos autores deverá estar inscrito no Congresso Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil no dia da submissão do resumo. Identificar no e-mail o nome do autor inscrito no congresso.
- Após a submissão do resumo o autor receberá a confirmação de recebimento por e-mail e será a garantia que o trabalho foi enviado corretamente.
- O resultado da submissão do resumo (aprovado ou reprovado) será enviado por e-mail.
- Será emitido um (01) certificado por trabalho com o título e os nomes dos autores.

Orientações para resumo:

- No resumo não poderá conter os nomes dos autores e nome da instituição.
- O resumo deve ser preparado no formato estruturado, deverá ser digitado em texto corrido (com subtítulos, que serão sugeridos a seguir) e conter no máximo 500 palavras. Recomenda-se que seja utilizada fonte "Arial", em tamanho 11. Subtítulos sugeridos: introdução (breve), objetivos, métodos, resultados, conclusões e referências bibliográficas (não entra na contagem de palavras). Formato docx ou doc.

Orientações para pôster digital (após aprovação do resumo):

- Depois do resumo aprovado, deverá ser transformado em pôster digital e será exposto para visualização no site do IBNMI: www.ibnmi.com.br. Ficará disponível para visualização por 30 dias. Também será publicado nos Anais do Congresso Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil.
- O pôster digital deverá ser preparado no formato estruturado, conforme as instruções abaixo:

1. **TÍTULO:** deve ser conciso e indicar claramente a natureza da investigação. Digite o título em negrito, usando letras maiúsculas e minúsculas.
2. **AUTORES:** deverão ser digitados os nomes completos dos autores do trabalho.
3. **INSTITUIÇÃO:** indique os serviços e instituições onde o trabalho foi realizado.

4. CORPO DO PÔSTER: recomenda-se os subtítulos - introdução (breve), objetivos, métodos, resultados, conclusões e referências bibliográficas. Tabelas e figuras poderão ser utilizadas para melhor compreensão do trabalho. Não utilizar nomes de produtos, empresas ou marcas registradas.

- Coloque endereço eletrônico de um dos autores para correspondência.
- O pôster deverá ser enviado no formato JPEG e PDF para o e-mail contato@ibnmi.com.br com o assunto - PÔSTER APROVADO.
- O pôster precisa ser produzido em uma imagem única (como se fosse um pôster físico). O tamanho do pôster será de largura (90 cm) e altura (120 cm). O layout fica a critério dos autores (tipo de fonte, cores, logo, tamanho da fonte). Pode conter imagens, tabelas ou esquemas.
- Sugestões de tamanho de fonte (arial): título: 60 a 80, subtítulo: 40 a 60, texto: 36 a 60, referências: 24 a 30.

Comissão Científica 4º Congresso Brasileiro de Nutrição Materno-infantil

PÔSTERES DO 3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO
MATERNO-INFANTIL

Conhecimento de Gestantes Sobre Aleitamento Materno e o Impacto na Amamentação

Carolina Albuquerque Lage – Nutricionista – email: carolinalbuquerque@gmail.com
Michele Pereira Netto – Prof^a.: orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Introdução

A prática do aleitamento materno (AM) é imprescindível para a saúde do bebê e da mãe uma vez que diminui a incidência de diversas doenças e tem impacto positivo sobre a saúde dos mesmos. Apesar da reconhecida importância, a frequência de aleitamento materno no Brasil ainda é baixa. Um dos fatores que influenciam a prática da amamentação é o conhecimento da mãe sobre o tema, bem como sua cultura e condição social.

Objetivos

Avaliar o conhecimento das gestantes sobre o tema nos últimos 10 anos, bem como mostrar os impactos da falta de conhecimento no ato de amamentar.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Utilizou-se as bases de dados Scielo, Pubmed e Periódicos Capes. Foram utilizados 22 artigos que tratavam do tema proposto, datados de 2014 a 2020.

Resultados

Percebe-se que o nível de conhecimento materno influencia a prática de AM, por sua vez, a não orientação dos profissionais, escolaridade, pré-natal, idade materna e multiparidade influenciam o conhecimento. O conhecimento das gestantes sobre AM foi considerado regular, sendo fortemente influenciado por diversos fatores, como a falta de orientação pelos profissionais da saúde, a não realização do pré-natal, a escolaridade e a idade e a primiparidade ou multiparidade. Fatores estes que explicam a baixa prevalência da amamentação no Brasil. Destaca-se o papel dos profissionais da saúde nesse cenário, que podem contribuir de forma importante para o conhecimento e o incentivo ao aleitamento materno.

Conclusão

Fica clara a necessidade das gestantes receberem uma melhor orientação sobre o tema de forma a aumentar seus conhecimentos com o objetivo de impactar positivamente nos índices de amamentação no Brasil.

Referências bibliográficas

- Almeida JM, Luz SAB, Ued FV. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. Rev. Paul. Pediatr. 2015;33:355-362.
- Peixoto LO, Azevedo DV, Britto LF, Vasconcelos IN. Leite materno é importante: o que pensam as nutrizes de Fortaleza sobre amamentação. Rev Bras Saúde Mater Infant. 2019;19:165-172.
- Suárez-Cotelo MC, Fernández MJM, Pita-García P, Arias BF, Novio S. Conhecimentos sobre aleitamento e a relação com sua prevalência. Rev da Escola de Enfermagem da USP. 2019; 53.
- Moraes IC, Sena NL, Oliveira HKF, Albuquerque FHS, Rolim KMC, Fernandes HIVM, et al. Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. Rev Enfer Referência. 2020; 2:1-7.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua. 2019



Ingestão alimentar de risco para doenças cardiovasculares em crianças de uma escola de ensino fundamental

ANA PATRÍCIA OLIVEIRA CORDEIRO¹; DANGELA PINHEIRO PAIVA¹; MARYANNE FARACHE AZEVEDO¹; DIANA CARVALHO BRAGA CAVALCANTE¹; MARINA LEVY ALBUQUERQUE GERAISATI¹; PATRÍCIA TEIXEIRA LIMAVERDE¹

¹ Universidade de Fortaleza

INTRODUÇÃO

Na fase infantil, a obesidade é uma realidade preocupante, pois acarreta consequências sobre a saúde. Os hábitos alimentares de risco influenciam para o excesso de peso, com consequente aumento de doenças cardiovasculares (DCV). Se desenvolvidas, exigem tratamento e aumentam os riscos de morte.

OBJETIVO

Analisar a ingestão alimentar de risco para DCV em crianças de uma escola de ensino fundamental em Fortaleza- CE

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de coorte transversal, quantitativo, feito entre fevereiro a dezembro de 2018, com 328 crianças entre 5 a 10 anos. Foi analisado o marcador de consumo alimentar do SISVAN para classificação da alimentação de risco para DCV. Segundo os parâmetros de Malta et al. (2015), foi examinada a ingestão de risco ou proteção para DCV. Em relação à proteção foi considerado o consumo regular (de 5 ou mais dias na semana) de salada crua, de verdura ou legume cozido, fruta, feijão, leite ou iogurte e os de riscos foi considerado o consumo regular batata frita, salgados fritos, hambúrgueres e embutidos, bolacha/biscoito salgado e/ou doce, doces e refrigerantes O projeto possui aprovação no comitê de ética com número 2.300.207.

RESULTADOS

A maioria não consumia os alimentos considerados protetores. Foi encontrado um aumento na ingestão de alimentos considerados de de risco para DCV, com alto teor de sódio e elevado consumo de doces e biscoitos doces durante 1 a 5 dias semanais (62,8%).

	Não consumiu		Consumiram de 1 a 4 dias		Consumiram de 5 a 7 dias	
	n	%	n	%	n	%
Alimentos protetores						
Salada crua	183	55,9	126	38,4	19	5,7
Verdura/legume cozido	187	57,1	115	35,0	26	7,9
Frutas	52	15,9	180	54,8	95	28,9
Feijão	27	8,2	112	34,1	188	57,3
Leite ou iogurte	41	12,5	128	39,0	158	48,1

	Não consumiu		Consumiram de 1 a 4 dias		Consumiram de 5 a 7 dias	
	n	%	n	%	n	%
Alimentos risco de DCV						
Batata frita, salgados fritos	124	37,9	173	52,7	30	9,1
Hamburguer, embutidos	108	33,0	177	53,9	43	13,1
Bolacha/biscoito salgado	33	10,0	188	57,3	107	32,6
Bolacha/biscoito doce, doces	36	11,0	206	62,8	86	26,2
Refrigerante	103	31,4	176	53,6	49	14,9

CONCLUSÃO

Há uma elevada quantidade de criança com alimentação inadequada, apresentando baixo consumo de alimentos "in natura" ou minimamente processados (protetores) e elevada ingestão dos ultraprocessados (de risco), os quais estão presentes no dia a dia dos escolares, contribuindo com o excesso de peso e risco de desenvolvimento de DCV.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
- DE PAULA, Fernando Ramirez et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública e particular da cidade de Fortaleza. Revista Brasileira em Promoção da saúde, v. 27, n. 4, p. 455-461, 2014.
- MALTA, Deborah Carvalho et al. Fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico nas capitais brasileiras, Vigitel 2014. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, p. 238-255, 2015.



Estado nutricional de crianças de uma cidade localizada no estado do Ceará

DANGELA PINHEIRO PAIVA¹; MARIANA ALVES PESSOA¹; ANA PATRICIA OLIVEIRA CORDEIRO¹; DIANA CARVALHO BRAGA CAVALCANTE¹; MARINA LEVY ALBUQUERQUE GERAISSATI¹; PATRÍCIA TEXEIRA LIMAVERDE¹

¹ Universidade de Fortaleza

INTRODUÇÃO

A obesidade, doença crônica não transmissível (DCNT), já é realidade preocupante na faixa etária infantil e traz consigo consequências sobre a saúde. É certo que hábitos alimentares saudáveis influem a favor da qualidade de vida e saúde, assim como hábitos alimentares de risco contribuem para esse sobrepeso e obesidade, com consequente desenvolvimento de doenças crônicas.

OBJETIVO

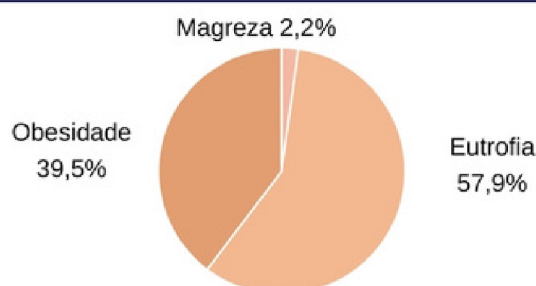
Avaliar o estado nutricional de crianças em uma escola de ensino fundamental.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de coorte do tipo transversal, quantitativo, realizado entre fevereiro a dezembro de 2018 com 328 crianças entre 5 a 10 anos, sendo 50,76% (n = 166) do sexo feminino. Para a avaliação do estado nutricional (EN) foram utilizados os dados antropométricos (peso e altura) e classificados utilizando os critérios para risco ou excesso de peso a partir do IMC para idade. Foi aferido também a circunferência da cintura (n 311) e o percentual de gordura corporal (n 280). O projeto possui aprovação no comitê de ética com número 2.300.207, cujo os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE referente ao estudo.

RESULTADOS

De acordo com a classificação foi encontrado um IMC médio de $17,8 \pm 3,5$ Kg/m², com prevalência de sobrepeso ou obesidade de 40,4% nos meninos e de 38,5% nas meninas. A maioria das crianças encontra-se com percentual de gordura ótimo, e quando somados os percentuais de gordura moderadamente alto, alto e muito alto o percentual é de 18,1%. Em relação à circunferência da cintura 69,5% encontrava-se sem excesso de adiposidade abdominal.



CONCLUSÃO

Necessita de um olhar cuidadoso com a alimentação das crianças e adolescentes, pois esse é um dos fatores que está diretamente relacionado com o estado nutricional.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Brasília: Ministério da Saúde; 2011. 76p.
- Paula FR. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública e particular da cidade de fortaleza: Overweight and obesity prevalence in students from public and private system in the city of Fortaleza. Fortaleza: Rev Bras em Prom Saúde; 2014 ago.
- World Health Organization. Growth reference data for 5-19 years. Geneva: World Health Organization, 2007.



Filhos: Um reflexo do estado nutricional dos seus pais

MARIANA ALVES PESSOA¹; DANGELA PINHEIRO PAIVA¹; MARYANNE FARACHE AZEVEDO¹; JOYCE MARINHO FONTENELE CIRINO¹; PAULA FIQUENE DE SOUZA SANCHO¹; PATRÍCIA TEIXEIRA LIMAVARDE¹

¹ Universidade de Fortaleza

INTRODUÇÃO

A infância é a fase em que se dá início a formação dos hábitos alimentares, sendo ela a qual exprime o contato primário com os alimentos e se dá início às escolhas alimentares. Há associação entre ambiente familiar e esses hábitos alimentares infantis, sendo os pais cruciais na formação do comportamento alimentar das crianças. Quando os fatores são desfavoráveis, poderá haver alterações nutricionais no desenvolvimento.

OBJETIVO

Investigar o estado nutricional de pais e filhos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo, realizado em Escola Pública de Ensino Fundamental na cidade de Fortaleza - Ceará, com crianças 5 a 10 anos e seus responsáveis. Foram coletados idade, peso e altura para determinação do Índice de Massa Corporal/Idade (IMC/I) e IMC para adultos. O projeto possui aprovação no comitê de ética com número 2.300.207, cujo os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE e, o menor, o Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido (TAILE).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 152 pessoas, destas 76 eram crianças. O estudo identificou que 35,51% das crianças e 69,73% dos pais apresentavam um excesso de peso. Das crianças mencionadas, 88,88% delas apresentam pais também acima do peso. Houve semelhança entre o consumo alimentar das crianças e seus responsáveis, com consumo de legumes (88,16% e 89,47%), salada crua (82,89% e 94,74%), frutas (67,11% e 72,37%). Com um elevado consumo de refrigerantes ≥ 5 vezes na semana, para responsáveis 21,05% e escolares 10,53%. Quanto ao leite, 50% ou mais de ambos consomem em 5 ou mais dias da semana.

TABELA 2: Relação entre estado nutricional de crianças e estado nutricional dos responsáveis de uma instituição de ensino de Fortaleza-CE, 2018.

Estado Nutricional das crianças	Estado Nutricional dos responsáveis				Total
	Magreza (n) (%)	Eutrofia (n) (%)	Sobrepeso (n) (%)	Obesidade (n) (%)	
Magreza	0	0	0	1 - 1,31%	1 - 1,31%
Eutrofia	1 - 1,31%	19 - 25%	17 - 22,36%	11 - 14,47%	48 - 63,15%
Sobrepeso	0	2 - 2,63%	9 - 11,84%	6 - 7,89%	17 - 22,36%
Obesidade	0	1 - 1,31 %	6 - 7,89%	3 - 3,94%	10 - 13,15%
Total	1 - 1,31%	22 - 28,94%	32 - 42,10%	21 - 27,63%	76 - 100%

CONCLUSÃO

O estado nutricional de pais e filhos têm relação, apresentando os aspectos genéticos e habituais da alimentação como determinantes na similaridade identificada.

REFERÊNCIAS

- DEFANTE, Lilliane Renata; NASCIMENTO, Leidy Diana Oliveira; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul. Interações (Campo Grande), v. 16, p. 265-276, 2015
- Oliveira, ND; Silva, EB; Ponciano, CS; Pontes, EDS; Araújo, MGG; Oliveira, SCA; Silva, CP; Sousa, JTA; Moura, RL; Dantas, ENA; Vieira, VB. A importância da formação de hábitos alimentares saudáveis na primeira infância: uma revisão de literatura. International Journal of Nutrology, 2018.
- Piasetzki, CTR; Boff, ETO. Educação alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares na infância. Revista Contexto & Educação.2018; 33: 318-338.

Investigação da influência dos hábitos alimentares e dos nutrientes na fertilidade feminina: uma revisão integrativa

Autores: Ana Beatriz Perciak Veiga e Gisele Pontaroli Raymundo

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR - Escola de Medicina e Ciências da Vida - Nutrição

Contato: nutrianaperciak@gmail.com

Introdução

A constituição de hábitos alimentares, em conjunto com a composição corporal, índice de massa corporal (IMC), a presença de distúrbios de ovulação e a prática de atividade física são fatores determinantes na fertilidade feminina (CHAVARRO et al, 2018).

Objetivo

Investigar como hábitos alimentares e nutrientes interferem na fertilidade feminina.

Método

Revisão integrativa de literatura que incluiu artigos publicados entre 2016 e 2021, por meio de oito descritores com operadores booleanos, na base de dados PubMed, nos idiomas inglês e português e espanhol. Foram encontrados inicialmente 534 artigos e sete artigos foram selecionados e agrupados de acordo com a temática em duas categorias diferentes: Alimentos/Padrão alimentar com três estudos e Nutrientes com quatro estudos.

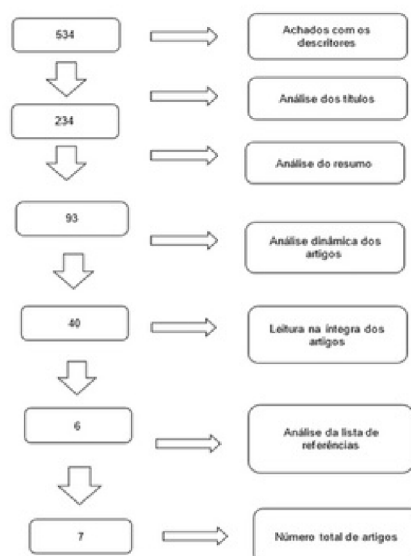


Figura 1 - Fluxo da escolha de artigos. Curitiba, setembro 2021.
Fonte: As autoras, 2021

Resultados

No grupo de Alimentos/Padrão alimentar Hsiao et al (2019) avaliaram a qualidade da dieta de casais saudáveis e observaram que as mulheres que tiveram maior adesão a alimentação saudável foram mais propensas e mais rapidamente capazes de atingir uma gravidez clínica. Gaskins et al (2018) investigaram a relação entre o consumo de frutos do mar por casais que estavam tentando engravidar e sua associação com o tempo até a gravidez (TTP) e perceberam que entre as mulheres que consumiam mais frutos do mar, eram mais velhas, com parceiros mais velhos e um consumo de bebidas alcoólicas mais elevado, tiveram aumento na frequência das relações sexuais e maior fecundidade.

Mumford et al (2016) observaram que o aumento no consumo dos ácidos graxos w-3 foram associados a concentrações aumentadas de progesterona.

No grupo dos Nutrientes, Kim et al (2018) avaliaram a relação entre as concentrações de micronutrientes e constataram que concentrações mais altas de licopeno e β -caroteno foram associadas a um TTP mais curto. Fung et al (2017) avaliaram a associação entre a ingestão alimentar e suplementar de vitamina D e verificaram uma ingestão média de vitamina D ligeiramente maior em mulheres conceberam. Dennis et al (2017), examinaram a suplementação em dose única de colecalciferol (vitamina D3) feita no início das ligações do ciclo menstrual para um aumento agudo dos níveis circulantes de hormônio anti-Mülleriano (AMH). E Michels et al (2017) descobriram que a ingestão de energia e fibra foi mais alta e as concentrações de homocisteína foram as mais baixas entre as mulheres no tercil mais alto de folato sérico.

Conclusão

Pode-se ressaltar que a maioria dos estudos incentivaram uma alimentação mais saudável, natural e variada, com amplo aporte de vitaminas, com esse padrão alimentar sendo capaz de aumentar as chances de concepção e reduzir o tempo até a gravidez por mulheres sem patologias, devendo evitar o consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, pois esse tipo de alimentação tem efeito adverso na fertilidade, além de que a alimentação masculina adequada e saudável também é capaz de influenciar a fertilidade, diminuindo o tempo de espera de concepção e melhorando padrões. Sugerindo que sejam observados os padrões alimentares realizados e ideais brasileiros por mulheres em idade fértil.

Referências

- CHAVARRO, J. E., & SCHLAFF, W. D. Introduction: Impact of nutrition on reproduction: an overview. 2018. Fertility and sterility, New York, v. 110, n. 4, p. 557-559, Set. 2018. Disponível em: [https://www.fertstert.org/article/S0015-0282\(18\)30615-0/fulltext](https://www.fertstert.org/article/S0015-0282(18)30615-0/fulltext) Acesso em 25. Abr 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.fertnstert.2018.07.023>.
- DENNIS N.A.; HOUGHTON L.A.; PANKHURST M.W.; et al. Acute Supplementation with High Dose Vitamin D3 Increases Serum Anti-Müllerian Hormone in Young Women. Nutrients. v. 9, 7 719, Jul. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5537834/> Acesso em 08 Out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu9070719>.
- FUNG J.L.; HARTMAN T.J.; SCHLEICHER R.L.; et al. Association of vitamin D intake and serum levels with fertility: results from the Lifestyle and Fertility Study. Fertility and sterility v.108, 2 p.302-311, Aug. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5545066/> Acesso em: 25 Sep. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.fertnstert.2017.05.037>.
- GASKINS A. J.; SUNDARM R.; LOUIS G.M.B.; et al. Seafood Intake, Sexual Activity, and Time to Pregnancy. The Journal of clinical endocrinology and metabolism LOCAL. v. 103, 7 p. 2680-2688, Jul. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6276709/> Acesso em: 06 Out 2021. DOI: <https://doi.org/10.1210/nc.2018-00385>.
- HSIAO P.S.; FUNG J.L.; MITCHELL D.C.; et al. Dietary quality, as measured by the Alternative Healthy Eating Index for Pregnancy (AHEI-P), in couples planning their first pregnancy. Public health nutrition v. 22, 18 p. 3385-3394, Dec. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6879805/> Acesso em: 03 Out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S136898019001290>.
- KIM K.; SCHISTERMAN E.F.; SILVER R. M.; et al. Shorter Time to Pregnancy With Increasing Preconception Carotene Concentrations Among Women With 1-2 Previous Pregnancy Losses. American journal of epidemiology v.187, 9 p. 1907-1915, Sep. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6118073/> Acessado em: 05 Out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/aje/kwy101>.
- MICHEL K.A.; WACTAWSKI-WENDE J.; MILLS J. L.; et al. Folate, homocysteine and the ovarian cycle among healthy regularly menstruating women. Human reproduction (Oxford,England) v. 32, 8 p. 1743-1750, Aug. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5850828/> Acesso em 01 Out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/humrep/dex233>.
- MUMFORD S.L.; CHAVARRO J.E.; ZHANG C.; et al. Dietary fat intake and reproductive hormone concentrations and ovulation in regularly menstruating women. The American journal of clinical nutrition v.103, 3 p. 868-77, Mar. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4763493/> Acesso em: 07 Out. 2021. DOI:10.3945/ajcn.115.11932.

Relações entre nutrientes ingeridos pela lactante e a qualidade do leite materno

Eanangeli Fernanda Acksenen, Maristela Jorge Padoin, Janaina Fatima da Roza Cunha

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE.

Introdução:

A lactação provoca no organismo feminino modificações fisiológicas que resultam na necessidade de aumento do consumo diário de macro e micronutrientes pela nutriz. A dieta, nestas circunstâncias, deve conter o balanceamento nutricional adequado ao organismo materno a fim de suprir a produção láctea.

Objetivo:

O objetivo deste estudo foi verificar possíveis relações entre o perfil alimentar da nutriz com a qualidade do leite materno oferecido pela mesma a um Banco de Leite Humano (BLH).

Métodos:

O estado nutricional foi classificado com base no Índice de Massa Corporal (IMC). Para estabelecer o perfil do consumo alimentar, foi aplicado um questionário de anamnese das nutrizas e inquérito alimentar recordatório de 24h (IR24). A partir dos dados obtidos pelo IR24 foi realizada análise dos valores do consumo energético e de macro e micronutrientes utilizando AVANUTRI® versão 3.1.1. Os resultados foram comparados aos valores de referências estabelecidos pelo *Institute of Medicine* para a ingestão dietética diária recomendada. A análise de correlação foi realizada através do teste de Shapiro Wilk utilizando coeficiente de correlação de Pearson ou Spearman dependendo da distribuição dos dados. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$. O leite humano doado foi avaliado através de dois testes físico-químicos (*Figura 1 e 2*):



Figura 1: Acidez titulável pelo método de Dornic - para qualificação do leite em aceitável para consumo.

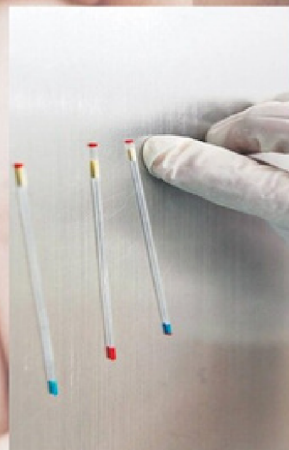


Figura 2: Crematócrito - obtenção do teor de gordura e valor calórico.

Resultados:

Participaram do estudo 21 nutrizas cadastradas no BLH que doaram leite no período de setembro a novembro de 2019. As nutrizas apresentavam idade média de 29 anos. Do total, 07 doadoras (35%) estavam com IMC acima do peso normal, 1 abaixo do peso e 13 eutróficas. Em termos de valor calórico total a ingestão proteica, lipídica e de carboidratos foram consideradas adequadas (*tabela 1*), ao ponto que, no perfil lipídico foram observados um consumo de colesterol ($203,7\text{mg} \pm 25,3$) e de gorduras saturadas ($20,47\text{g} \pm 3,9$) no limite máximo recomendado.

Tabela 1: Comparação das médias do VCT* de consumo de macronutrientes com o VCT* recomendado.

Macronutrientes	Consumo médio (%)	Recomendado (% VCT*)
Proteínas	15,74	15 - 20
Carboidratos	58,61	50 - 60
Lipídios	25,63	25 - 35

(*): Valor calórico total.

O consumo de micronutrientes foi considerado abaixo do recomendado para as vitaminas A, D, B1, B2, B5, B9 e E. Ademais, as vitaminas B3, B6, B12 e C alcançaram os valores recomendados para ingestão diária.

Quanto aos minerais, Ca, Mg, Cu, I, Mn, K e Na ficaram abaixo das recomendações, ao ponto que Fe, Zn e Se alcançaram as recomendações diárias.

Em relação à qualidade do leite materno, todas as amostras foram consideradas desejáveis, com acidez entre 3,15 a 7,7° D ($5,26 \pm 0,32$). Já o teor de gordura variou de 0,86 a 4,78g% ($2,43 \pm 0,23$). Ao realizar análise estatística foi observada correlação entre acidez do leite materno e consumo de vitamina E ($r = 0,4658$), vitamina D ($r = 0,5101$), gordura poliinsaturada ($r = 0,5265$) e do iodo ($r = 0,6258$).

Conclusões:

Os dados mostraram que em relação aos macronutrientes não houve relação direta da porcentagem de consumo de cada um com os dados que foram analisados. Em relação aos micronutrientes, evidenciou-se que a diminuição da ingestão de vitamina E e D, e do mineral I, demonstrou relação com o nível de acidez do leite materno, bem como a ingestão aumentada de gordura poliinsaturada.

APOIO FINANCEIRO:

Unioeste, campus de Cascavel e Banco de Leite do HUOP.
E-mail: mjpadoin@hotmail.com



Participação da figura paterna no processo de amamentação

Dara Ramos Carolino¹; Fabiana de Cássia Carvalho Oliveira¹

¹Curso de Nutrição da Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: fadcco@gmail.com

ibnmi

3º Congresso
Brasileiro de
Nutrição Materno-
Infantil

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno confere inúmeros benefícios para mãe e filho e, para que ele seja bem-sucedido, é imprescindível o estabelecimento de uma rede apoio sólida. Uma das figuras essenciais nesta rede é a que representa o pai. O apoio paterno é evidenciado no sucesso do aleitamento materno exclusivo, porém o oposto ocorre no aleitamento materno continuado (PEREIRA et al., 2010; MARTINS; GIUGLIANI, 2012).

OBJETIVO

Avaliar a participação da figura paterna no processo de amamentação.

MÉTODOS

Estudo transversal cujo público-alvo foi a figura que exerce a paternidade, vinculada à nutriz por laço afetivo de no mínimo 2 anos, independentemente do sexo, residente em todo o país, com idade entre 18 e 60 anos.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro de 2020 a março de 2021, através de questionário eletrônico que foi divulgado por meio de redes sociais, blogs e e-mail..

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Campus de Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo, sob protocolo nº 4.237.546.

RESULTADOS

Foram coletadas 56 respostas, todas de indivíduos do sexo masculino, com idade mediana de 35 anos. Destes, 66,0% tinham apenas 1 filho. Todos os participantes relataram incentivar o aleitamento materno, porém quando questionados a respeito do incentivo no sexto mês pós-parto esse percentual declinou para 80,3% e, com 12 meses, apenas 67,8% apoiavam a amamentação.

RESULTADOS (cont.)

Observou-se que 51,8% dos pais acreditavam que a sua opinião não interferiu na decisão de amamentar, 19,6% se sentiram excluídos do processo e 62,5% dos pais não se sentiam suficientemente informados quanto ao aleitamento materno. Quando questionados se ajudaram a resolver as dificuldades advindas da amamentação, 84,7% dos participantes responderam positivamente, sendo as principais formas de auxílio relatadas: ajuda emocional (31%), acompanhando o processo de amamentação (23,6%), oferecendo água e alimentos (16,4%), fazendo as tarefas domésticas (14,5%), buscando informação (10,9%) e recorrendo ao banco de leite (3,6%). A respeito da participação em consultas de pré-natal, 89,3% dos pais responderam que participaram das consultas e, os demais, participaram parcialmente (8,9%) ou não participaram (1,8%). Apesar da presença maciça dos pais em consultas pré-natais, 32,6% não se sentiam ouvidos ou acolhidos nas consultas.

CONCLUSÕES

A maioria dos pais compreendem a importância da amamentação e incentivam esta prática até o sexto mês, porém parece não conhecerem os benefícios do aleitamento continuado. Assim, constata-se que a figura paterna deve receber mais atenção nas consultas pré-natais e ser alvo de orientações a respeito da amamentação, para que possam compreender e apoiar cada vez mais este processo, de forma a aumentar sua duração e probabilidade de sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARTINS, Elisa Justo; GIUGLIANI, Elsa Regina Justo. Which women breastfeed for 2 years or more? *Jornal de pediatria*. Vol. 88, no. 1, p. 67-73, 2012.
- PEREIRA, Rosane Siqueira Vasconcellos et al. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo: o papel do cuidado na atenção básica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, p. 2343-2354, 2010

AVALIAÇÃO DA INGESTÃO DE ALIMENTOS RICOS EM POLIFENÓIS POR GESTANTES NO TERCEIRO TRIMESTRE

Hanna Machado Oggioni de Andrade, Fabiana de Cássia Carvalho Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Alto Universitário, s/nº - Guararema, Alegre - ES

INTRODUÇÃO

Os polifenóis são considerados compostos com atividade biológica promissora, principalmente devido aos seus efeitos antioxidantes e anti-inflamatórios (BEECHER, 2003; BENAVENTE-GARCIA, CASTILLO, 2008; BRAVO, 1998). No entanto, estudos recentes mostraram que, durante a gravidez, especialmente nos estágios finais, a ingestão de alimentos ricos em polifenóis pode ser prejudicial à saúde cardíaca do feto, gerando constrição ductal fetal, quadro que leva à vasoconstrição das arteríolas pulmonares e à hipertensão pulmonar, podendo ocasionar morte fetal. Portanto, o conhecimento dos alimentos que podem ou não ser ingeridos é crucial para o desenvolvimento do feto (ZIELINSKY et al., 2013; GEWILLING et al., 2009). Apesar da gravidade do tema, existem poucos estudos sobre a ingestão desses compostos biologicamente ativos por gestantes (KOREN et al., 2006; BRAVO, 1998).

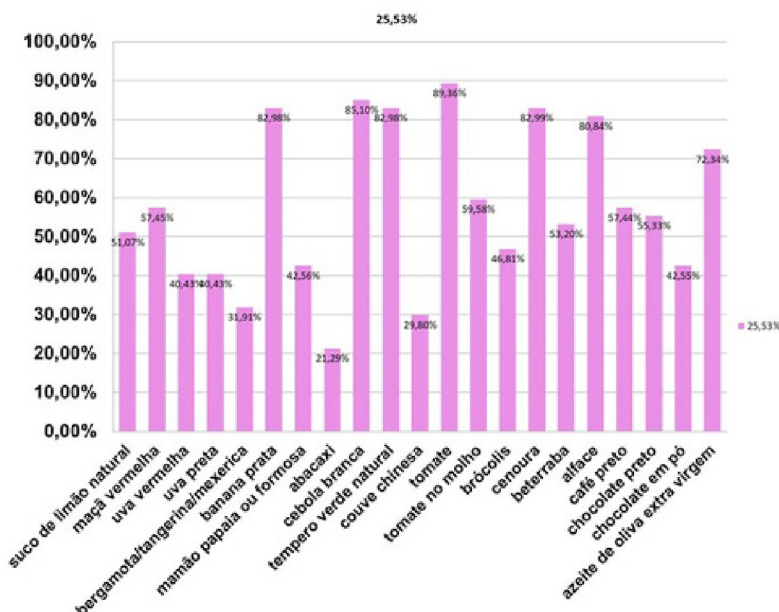
METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional transversal do tipo quantitativo, de abrangência nacional, realizado no período de setembro de 2021 a novembro de 2021, no qual foi aplicado um Questionário de Frequência de Consumo Alimentar semiquantitativo e seletivo para alimentos fontes de polifenóis, na modalidade virtual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



47 Gestantes



CONCLUSÃO

Constatou-se um consumo elevado de alimentos ricos em polifenóis por gestantes brasileiras, possivelmente devido à falta de informações. Assim, mais estudos são necessários avaliando o impacto do consumo de polifenóis na saúde cardíofetal, assim como é imprescindível o aumento da disseminação do assunto entre os profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

- BEECHER, G. R. Visão geral dos flavonóides dietéticos: nomenclatura, ocorrência e ingestão. *The Journal of Nutrition*, v. 133, n. 10, pág. 3248S-3254S, 2003.
- BENAVENTE-GARCIA, O.; CASTILLO, J. Update on uses and properties of citrus flavonoids: new findings in anticancer, cardiovascular, and anti-inflammatory activity. *J Agric Food Chem*, v. 56, n. 15, p. 6185-205, 2008.
- BRAVO, L. Polifenóis: química, fontes dietéticas, metabolismo e significado nutricional. *Nutr Rev*; vol. 56, pág. 317-333.1998.
- GEWILLIG, M. et al. Fechamento fetal prematuro do ducto arterial: apresentações clínicas e desfecho. *European Heart Journal*, v. 30, n. 12, pág. 1530-1536, 2009.
- KOREN, G.; FLORESCU, A.; COSTE, A. M. et al. Anti-inflamatórios não esteróides durante o terceiro trimestre e o risco de fechamento prematuro do canal arterial: uma meta-análise. *Ann Pharmacother*. ; vol. 40, p. 824-829. 2006.
- ZIELINSKY, P. et al. Restrição materna de polifenóis e dinâmica ductal fetal na gravidez normal: um ensaio clínico aberto. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 101, n. 3, pág. 217-225, 2013.

NUTRIÇÃO GESTACIONAL: INFLUÊNCIA NOS HÁBITOS ALIMENTARES DA CRIANÇA

Luana Rodrigues Pompeu ¹; Sofia Yurie Ribeiro Ishigaki ²; Ritaellen de Cássia Correa do Rego Costa ³; Leidiany Ramos Brito Silva ⁴.

¹²³Graduando em Nutrição pelo Centro Universitário da Amazônia - UNIESAMAZ, Belém, Pará, Brasil; ⁴Nutricionista. Mestre em Ciências e Tecnologia dos Alimentos pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, Pará, Brasil.

INTRODUÇÃO

O período gestacional apresenta uma demanda superior de nutrientes para o desenvolvimento da criança e se faz necessária a alimentação saudável desde antes de engravidar, uma vez que, ocorre transferência dos nutrientes e sabores ingeridos pela mãe ao bebê através do líquido amniótico, podendo assim moldar as preferências alimentares do bebê deste a gestação.

OBJETIVO

Analisar a importância de uma alimentação saudável, variada e equilibrada durante o período gestacional e sua influência posteriormente nos hábitos alimentares da criança.

MÉTODOS

Refere-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica integrativa, utilizou-se como base de dados a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), National Library of Medicine (PUBMED), ScienceDirect e Science Direct, optou-se por empregar os seguintes descritores no idioma inglês "prenatal nutrition", "food preferences" e "child" acrescentando os booleanos AND e OR incluindo apenas estudos publicados no período de 2017 a 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Literaturas apontam que, torna-se promissor o aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de idade, uma vez que possuem efeitos benéficos como a colaboração de diminuição dos riscos de acúmulo excessivo de gordura corporal na infância e ao longo da vida. Pesquisa realizada com n= 40

quanto maior o índice de massa corporal maior será o teor de lipídeos, apresentando uma correlação de (0,33; p = 0,048). A Partir dos estudos, observou -se que, mulheres com sobrepeso e/ou obesidade apresentam maior dificuldade em relação à demanda da amamentação, levando que, não alcancem o aleitamento materno exclusivo. Dessa forma torna-se indispensável um estilo de vida saudável e equilibrado que acarretará posteriormente em diversos benefícios ao longo da vida, tanto para mãe quanto ao bebê, pois com o hábito saudável da mãe, ela conseguirá atender as necessidades nutricionais do seu filho.

CONCLUSÃO

Logo, é evidente a importância de uma alimentação saudável no período gestacional, a fim de beneficiar posteriormente a qualidade nutricional da criança influenciando nas escolhas alimentares futura, bem como reduzir os riscos do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, tais como diabetes e hipertensão.

REFERÊNCIAS

- COSMI, et al. "Experiências iniciais de sabor e escolhas alimentares posteriores". Nutrientes , v. 9, n o 2, fevereiro de 2017, p. 107. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.3390/nu9020107>.
- KOLETZKO, et al. "Nutrição durante a gravidez, lactação e primeira infância e suas implicações para a saúde materna e infantil a longo prazo: as recomendações do projeto de nutrição precoce". Annals of Nutrition and Metabolism , vol. 74, n° 2, 2019 , pág. 93-106. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.1159/000496471>.
- MARSHALL, et al. "A Importância da Nutrição na Gravidez e Lactação: Consequências ao Longo da Vida". American Journal of Obstetrics and Gynecology , vol. 226, n.º 5 , maio de 2022, p. 607-32. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2021.12.035>.
- MATZCOCK, et al. "Papa e uma refeição mais sustentável".

A Influência da Educação Nutricional na Seletividade Alimentar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Aline Prado dos Santos¹; Klyvia Shamara Velasques Ribeiro²; Lilian Grasielle Matos Luz³; Sarah Camila Fortes Santos⁴; Leidiany Ramos Brito Silva⁵.

^{1,3,4} Nutricionista pelo Centro Universitário da Amazônia – UNIESAMAZ; ² Graduando em Nutrição pelo Centro Universitário da Amazônia – UNIESAMAZ, Belém, Pará, Brasil; ⁴ Docente pelo Centro Universitário da Amazônia – UNIESAMAZ, Belém, Pará, Brasil;

E-mail: leidianyramosnutri@gmail.com

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista ocasiona dificuldades na interatividade e conversação, além de apresentar uma elevada estima pela rotina e todos os seus aspectos. Dentre estas, encontram-se às modificações sensoriais, incluindo a seletividade alimentar, caracterizada pela resistência a novos alimentos e sabores, no qual poderá desencadear déficits nutricionais. A assistência nutricional é primordial e esta não poderá ser fundamentada somente na restrição ou incorporação de algum alimento ou nutriente. A educação nutricional se faz uma estratégia eficaz para transpor a seletividade alimentar desse público, devido sua metodologia válida na aplicação das orientações nutricionais e, consequentemente, a melhora da sua aceitabilidade.

OBJETIVOS

- ❑ Descrever a importância da educação nutricional, desde a introdução alimentar, frente a seletividade alimentar em crianças com transtorno do espectro autista.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, divididas em duas etapas.

Pesquisa bibliográfica: Nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Selecionou-se os artigos publicados no período de 2011 a 2021 e no idioma português. Utilizando descritores: "autismo", "crianças com disfagia", "crianças com TEA", "dificuldade alimentar no TEA", "educação nutricional no autismo" e "Seletividade alimentar".

Análise criteriosa dos trabalhos: Realizada com as informações mais relevantes, destacando 20 artigos encontrados, descartando 11 fora do contexto e 9 compuseram a análise final.

RESULTADOS

Foi identificadas alterações no sistema sensorial em crianças a partir de 6 meses que possui o transtorno do espectro autista (TEA), estratégia alimentares, dificuldades alimentares, a recusa por alimentos *in natura* e alimentos sólidos, além, de possuírem disfagia, pois a mesma possui uma relação direta na introdução alimentar e a falta de conhecimento dos cuidadores contribuem para o aumento da seletividade alimentar dessas crianças, a seletividade é um dos fatores que contribui para a ausência de micronutrientes importantes para o bom funcionamento do organismo nessa fase da vida, pois, as crianças demonstram desconforto ao tocar em alimentos que possui molhos, de contra partida, a forma que esse alimento é oferecido e o local contribui para a seletividade dos alimentos.

CONCLUSÕES

Diante deste foi concluído que, a educação nutricional perante a introdução alimentar em crianças com transtorno do espectro autista é uma ferramenta de extrema importância para minimizar os impactos da seletividade alimentar. As falhas praticadas no início da introdução alimentar pode ser um dos fatores que contribui para as consequências negativas quando as mudanças sensoriais ocorrem. Por este motivo, é de suma importância incluir todo o âmbito familiar nas práticas alimentares para que os resultados sejam favoráveis.

REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, D. A. DE M.; SILVA, M. R. DA. Estratégias para implementação de condutas nutricionais no transtorno do espectro autista: Um Relato De Experiência. Corixo - Revista de Extensão Universitária, 2018.
- MAGAGNIN, T.; et al. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescente com transtorno do espectro autista. Tema Livre. Physis 31 (01). 2021.
- OLIVEIRA, B. M. F.; et al. Sem receita deslocamento do olhar da Nutrição sobre o comer de crianças autistas. Espaço Aberto. Interface 24 .2020.
- PAIVA, G. S. J. de; GONÇALVES, E. C. B. A. Educação nutricional e autismo: qual caminho seguir?. Revista Raízes e Rumos. v.8, n.2, 2020.
- POSAR, A.; VISCONTI, P. Sensory abnormalities in children with autism spectrum disorder. Jornal de Pediatria. v. 94, n.4, 2018.
- ROCHA, G. S. S.; et al. Análise da seletividade alimentar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Revista Eletrônica Acervo Saúde. v.24, 2019.
- SCHAAF, R.C.; et al. The everyday routines of families of children with autism: examining the impact of sensory processing difficulties on the family. Autism. v.15, n.37, 2011.
- SILVA, N.J. Relações entre hábito alimentar e síndrome do espectro autista. Revista Resolução CoPG, 2011.
- WESTWOOD, H, et al. Clinical evaluation of autistic symptoms in women with anorexia nervosa. Molecular Autism. v.8, 2017.

EVELYN PEREIRA DOS SANTOS⁽¹⁾ ANNE KELLY OLIVEIRA SILVA⁽¹⁾ CAROLINE DOS SANTOS LIMA⁽¹⁾ JOÃO GABRIEL OLIVEIRA MARINHO⁽¹⁾
MURILO SANTOS CUNHA⁽¹⁾ AMANDA BARBOSA NETO⁽²⁾

¹ Técnico em Nutrição e Dietética pela Escola Técnica Estadual (ETEC) Irmã Agostina – São Paulo, Brasil;

² Docente do curso técnico em nutrição e dietética da Escola Técnica Estadual (ETEC) Irmã Agostina – São Paulo, Brasil.
eepsantos30@gmail.com.br

INTRODUÇÃO

Segundo o ENANI (2019), a taxa de prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de 6 meses no Brasil é de 45,8% e no Sudeste é de 49,1%. Nas últimas décadas, as políticas públicas de saúde voltadas para o incentivo do aleitamento materno, têm reforçado a importância do Banco de Leite Humano (BLH) (MAIA et al., 2006). O Brasil é referência entre BLH em vários países, contando com 224 unidades no país e 216 postos de coletas e no estado de São Paulo contém 56 unidades de BLH (BRASIL, 2020). Há poucos estudos publicados sobre o assunto, sobretudo no Brasil. Pouco se conhece acerca das dificuldades e facilidades relacionadas à continuidade do AM após o retorno das mulheres ao mercado de trabalho (MENDES et al., 2021).

OBJETIVOS

Verificar o conhecimento da comunidade, funcionárias e das mulheres doadoras sobre o BLH localizado em um hospital público da zona sul do município de São Paulo.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de coleta de dados primários a partir da aplicação de questionário elaborado pelo o grupo, para avaliar o conhecimento da população regional e para as funcionárias, para avaliar a experiência de trabalho no BLH. Também foi aplicado um questionário adaptado de Alencar e Seidl (2010) para as doadoras de um BLH localizado na zona sul do município de São Paulo. A coleta de dados foi realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio dos seguintes descritores (Decs): bancos de leite humano, aleitamento materno e leite humano.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa sobre a perspectiva da comunidade sobre o BLH, o total de 113 indivíduos no período de maio a junho de 2022, observou-se o predomínio do gênero feminino com 75% com faixa etária de até 20 anos (46%). Observou-se que 17% da população estudada não sabia o que era um BLH, 58% das mulheres do estudo não sabiam relatar se havia um BLH próximo a sua residência, 2% dos entrevistados relataram já ter doado leite humano, 4,5% assinalou que a fórmula infantil é igual ao leite humano, 20% dos homens disseram não saber a importância da doação de leite humano. Na pesquisa com as funcionárias do BLH foi relatado as seguintes dificuldades: transporte para a coleta domiciliar, divulgação, captação de doadoras e falta de vidros e esses fatores impactam na quantidade de leite doado comprometendo os estoques. Em relação as doadoras observou-se que 75% estavam na faixa etária de 30 a 39 anos com ensino superior completo, casada, trabalhadora formal e com renda mensal de três salários mínimos. Verificou-se que 50% das doadoras é primigesta, 16% relatou menos que seis consultas realizadas no pré-natal, 33% relatou que conheceu o BLH por meio de amigos, 18% relatou ter realizado a doação de leite humano seis vezes e por fim, 58% relatou a experiência de doar leite humano como “muito boa”.

Gráfico 1: Distribuição do percentual de doadoras que relataram a frequência da doação de leite humano. São Paulo, 2022.

■ Primeira doação ■ Doações anteriores

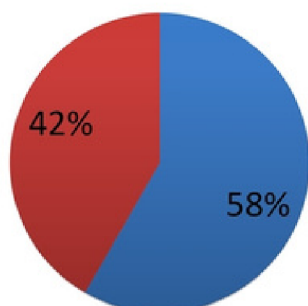
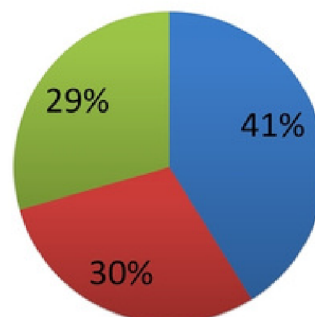


Gráfico 2: Distribuição do percentual de doadoras que relataram a periodicidade da doação de leite humano. São Paulo, 2022.

■ Semanal ■ Mensal ■ Ocasional



CONCLUSÕES

Conclui-se que o conhecimento da comunidade sobre o BLH é insuficiente, assim como melhores condições e insumos para a coleta do leite humano. A experiência positiva das doadoras poderá incentivar outras puérperas. Sendo assim, faz-se necessário mais estudos nesta temática e políticas públicas eficientes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Vivianne Weil et al. Perfil das usuárias de um banco de leite humano, em Juiz de Fora, MG. Revista de APS, v. 18, n. 1, 2015. ALENCAR, Lucienne Christine Estevez de; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Doação de leite humano: experiência de mulheres doadoras. Revista de saúde pública, v. 43, p. 70-77, 2009. ALMEIDA, Lourdes. A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. CARVALHO, Karenina Elice Guimarães et al. História e memórias do banco de leite humano do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (1987-2009) em Recife, Pernambuco, Brasil. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 10, n. 4, p. 477-481, 2010. COSTA SANTOS, Yasmin et al. Caracterização do perfil de doadoras do banco de leite humano da maternidade escola de Salvador/BA. Enfermagem Brasil, v. 17, n. 6, 2018. NANGIA, Sushma; RAMASWAMY, Viraraghavan Vadakkencherry; BHASIN, Maheshwar. O perfil das doadoras de um banco de leite humano em um país em desenvolvimento. Medicina do Aleitamento Materno, v. 15, n. 3, pág. 135-139, 2020.

O IMPACTO DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA SAÚDE DE GESTANTES QUE FAZEM CONSUMO REGULAR DE ALIMENTOS ULTRA PROCESSADOS

José Rodrigo Lopes de Souza¹; Amanda Maria Barbosa Oliveira²; Isabela Souza Oliveira Maciel³; Lanny dos Santos Silva⁴; Naryelle da Rocha Barbosa⁵

Pós-graduando em Nutrição Clínica Integrativa, IPGS¹; Graduanda em Nutrição, UNINASSAU²; Graduanda em Nutrição, Centro Universitário FMU³; Pós-graduanda em Nutrição Clínica, FAVENI⁴; Doutoranda em Saúde da Criança e do Adolescente, UFPE⁵
E-mail: rodrigolopesnutri@gmail.com

INTRODUÇÃO

A gestação é um estágio da vida de mulheres, onde o corpo passa por alterações físicas e metabólicas para que esteja pronto para acomodar o feto, assim hormônios e nutrientes como ferro, ácido fólico e zinco são essenciais para o desenvolvimento saudável do bebê (FIALHO et al., 2021). A alimentação é a principal fonte de nutrição entre mãe e feto, precisando ocorrer de forma saudável, a fim de prevenir o surgimento de complicações, dentre elas: diabetes gestacional, obesidade, má formação ao longo da gestação e mudanças no peso ao nascer (GRACILIANO, 2020).

OBJETIVO

Descrever a relação entre o consumo de ultraprocessados e o impacto na saúde materno-fetal.

MÉTODOS

Este estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica. As bases de dados utilizadas foram: Pubmed, Scielo, IBICS e Lilacs. Considerando artigos dos últimos 5 anos utilizando como descritores: "Hábitos Alimentares", "Gestantes", "Alimentos Ultraprocessados" e "Comportamento Alimentar", combinados com operador booleano "and". Foram encontrados 22 artigos, sendo eleitos 11 segundo os critérios de inclusão: trabalhos que abordavam o assunto proposto, completos e originais, com idiomas inglês, espanhol e português e os critérios de exclusão: repetidos nas bases de dados e sem relevância a temática proposta.

RESULTADOS

Na amostra final desta revisão constatou-se em Sousa et al., (2019) e Gomes et al., (2019), sugerem que o excesso de peso na gravidez é um grave problema de saúde pública e o consumo de ultraprocessados está associado à hipertensão arterial. Segundo Fernandes et al., (2019) gestantes portadoras de obesidade grau III, tem consumo de ultraprocessados excedendo a média de calorias totais. Agostini et al., (2019) e Napolini et al., (2021) corroboram que este tipo de alimento vem sofrendo alterações com o passar dos anos, com formulações mais atrativas e palatáveis. No estudo de Pereira et al., (2020) apresentou-se que gestantes menores de 19 anos, tem 2,9% chances em consumir alimentos com densidade calórica elevada em relação a gestantes com 35 anos ou mais e gestantes que não receberam informações sobre alimentação saudável no pré-natal, tiveram 54,1% menos chances de consumir alimentos naturais. Para Graciliano et al., (2021) os ultraprocessados constituem a maior porcentagem, 9,5% de consumo em relação a ingestão calórica. O estudo de Miranda et al., (2021) sugere que uma dieta rica em ultraprocessados influencia o aumento de peso e risco de

nascimento de bebês GIG, além de impactos negativos na saúde materno-fetal a curto e longo prazo. Segundo Fernandes, Badanai, Santos e Araújo (2019, 2021, 2022) os benefícios de uma alimentação saudável na gestação, vão além das calorias, trazendo benefícios para saúde emocional das participantes e dentre os grupos de alimentos escolhidos, os carboidratos se fizeram mais presentes em Araújo (2022) e Badanai (2019), em relação a lipídeos, proteínas e micronutrientes.

CONCLUSÃO

Garantir uma alimentação de qualidade, é de suma importância para a saúde materno-fetal, onde o período gestacional requer um aporte maior de energia e nutrientes e o consumo regular de ultraprocessados, fornece um alto teor de calorias e aporte deficiente em nutrientes, resultando em complicações na saúde de ambos.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, C. DE O. et al. Contribution of ultra-processed food to the daily food intake of HIV-positive and HIV-negative women during pregnancy. *Revista brasileira de ginecologia e obstetria: revista da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria*, v. 41, n. 10, p. 588–596, 2019.
- ARAÚJO, J. S. C. C. et al. CONSUMO DE PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS POR GESTANTES DA ATENÇÃO BÁSICA NO TOCANTINS. *Revista Ciência Plural*, v. 8, n. 1, p. e25587–e25587, 2022.
- BADANAI, N. DE L. et al. Association of dietary patterns and degree of food processing with feelings of depression in pregnancy. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 19, n. 3, p. 581–590, 2019.
- FERNANDES, D. C. et al. Relationship between pregestational nutritional status and type of processing of foods consumed by high-risk pregnant women. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 19, n. 2, p. 351–361, 2019.
- FIALHO, F. DE S. M. B. Consumo de alimentos ultraprocessados na gravidez e no pós-parto e retenção de peso. 2018.
- GOMES, C. DE B. et al. Ultra-processed food consumption by pregnant women: The effect of an educational intervention with health professionals. *Maternal and child health journal*, v. 23, n. 5, p. 692–703, 2019.
- GRACILIANO, N. G. Consumo de alimentos ultraprocessados por gestantes: análise da qualidade da dieta com base na classificação nova de alimentos. 2020.
- GRACILIANO, N. G.; SILVEIRA, J. A. C. DA; OLIVEIRA, A. C. M. DE. Consumo de alimentos ultraprocessados reduz a qualidade global da dieta de gestantes. *Cadernos de saúde pública*, v. 37, n. 2, 2021.
- MIRANDA, C.; SOUZA, R. C. V. E.; SANTOS, L. C. DOS. Influence of ultra-processed foods consumption during pregnancy on baby's anthropometric measurements, from birth to the first year of life: a systematic review. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 1, p. 9–26, 2021.
- NAPOLINI, N. F. et al. Maternal consumption of ultra-processed foods and newborn exposure to perfluoroalkyl substances (PFAS). *Cadernos de saúde pública*, v. 37, n. 11, 2021.
- PEREIRA, M. T. et al. Maternal and sociodemographic factors influence the consumption of ultraprocessed and minimally-processed foods in pregnant women. *Revista brasileira de ginecologia e obstetria: revista da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria*, v. 42, n. 7, p. 380–389, 2020.
- SANTOS, C. M. R. C. V. E. S. L. C. D. Influência do consumo de alimentos ultraprocessados durante a gestação nas medidas antropométricas do bebê, do nascimento ao primeiro ano de vida: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, n. 1, p. 27–44, 2021.
- SOUZA, M. Epidemiology of arterial hypertension in pregnant. *Einstein. [s.l.: s.n.]* 2019.

Implicações da deficiência de vitamina D na gestação

Lais Donin Vianna (laisdonin.nutri@gmail.com), Anna Eullília G. C. Brito, Maria Eduarda A. Taveres, Angela Cláudia N. Andrade, Maria Fernanda A. de Oliveira

Introdução

A vitamina D é um pró-hormônio que atua no metabolismo ósseo, além de fortalecer os sistemas imunológico, respiratório, endócrino e cardiovascular, sendo sua deficiência considerada um problema de saúde pública. Nesse sentido, a deficiência de vitamina D materna têm-se tornado pauta importante em diversos estudos, devido a indícios de sua interferência na gestação, que pode estar associada a complicações clínicas como diabetes mellitus gestacional, prematuridade, pré-eclâmpsia, entre outras.

Objetivo

Avaliar a associação dos níveis de vitamina D na gravidez e as principais complicações causadas por sua deficiência.

Métodos

Revisão bibliográfica, realizada através de pesquisas nas bases de dados LILACS, PubMed e SciELO, usando os descritores: “gestação”, “vitamina D”, “deficiência”, e seus respectivos correspondentes em inglês, no qual foram selecionados artigos relevantes ao tema, publicados no período de 2018 a 2022. Foram encontrados 16 estudos após minuciosa leitura, 5 artigos foram excluídos do estudo, visto que, o escopo do texto não correspondia ao tema proposto.

Conclusão

Torna-se necessário o acompanhamento rigoroso dos níveis séricos de vitamina D durante a gravidez. Embora não haja um consenso, sobre a suplementação profilática, é recomendada a utilização de suplementação medicamentosa, quando forem identificados valores séricos abaixo do recomendado para essa população, evitando assim a hipovitaminose D e suas complicações.

Referências

Resultados

Tabela: Os principais achados da revisão

Titulo	Autor	Achados
Hipovitaminose D na gestação: um problema de saúde pública?	SOUZA, SILVA, FIGUEREDO (2019)	77% das mulheres não apresentavam uma concentrações suficientes de vitamina D, visto isso, a hipovitaminose D em gestantes é um importante problema de saúde pública.
Low Maternal Serum 25-Hydroxyvitamin D Concentration Is Associated With Postpartum Hemorrhage: A Retrospective Observational Study	LI, et al. (2022)	Os resultados sugerem que um baixo nível de vitamina D é um fator de risco para hemorragia pós parto e também está relacionada ao alto risco de baixa hemoglobina antes do parto.
Vitamin D deficiency in adolescent pregnancy and obstetric outcomes	ÖCAL, et al. (2019)	As adolescente e os baixos níveis de 25(OH)D são fatores de risco significativos para parto prematuro e pequeno para idade gestacional (PIG).
Vitamin D deficiency during late pregnancy mediates placenta-associated complications	RAIA-BARJAT, et al. (2021)	Os resultados sugerem um papel da vitamina D na manutenção do desempenho placentário e portanto, na prevenção do aparecimento de complicações mediadas pela placenta tardio.
Vitamin D Levels in Early and Middle Pregnancy and Preeclampsia, a Systematic Review and Meta-Analysis.	HU, et al. (2022)	Mulheres com insuficiência ou deficiência de vitamina D apresentaram maior taxa de pré-eclâmpsia em comparação com mulheres com níveis de vitamina D repletos.
Maternal vitamin D status and risk of gestational diabetes mellitus: A systematic review and meta-analysis of prospective cohort studies.	MILAJERDI, et al. (2021)	Indivíduos com deficiência de vitamina D, apresentaram risco 26% maior de desenvolver diabetes mellitus gestacional.

HU, K. et al. Vitamin D Levels in Early and Middle Pregnancy and Preeclampsia, a Systematic Review and Meta-Analysis. *Nutrients*, v. 14, n. 5, p. 999, 2022.

SOUZA, J. R. J. L.; SILVA, T. S. A.; FIGUEIREDO, E. D. Hipovitaminose D na gestação: um problema de saúde pública?. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 19, p. 197-205, 2019.

LI, W. et al. Low Maternal Serum 25-Hydroxyvitamin D Concentration Is Associated With Postpartum Hemorrhage: A Retrospective Observational Study. *Frontiers in Endocrinology*, v. 13, p. 816480, 2022.

MILAJERDI, A. et al. Maternal vitamin D status and risk of gestational diabetes mellitus: A systematic review and meta-analysis of prospective cohort studies. *Clinical Nutrition*, v. 40,n. 5, p. 2576-2586, 2021.

ÖCAL, D. F. et al. Vitamin D deficiency in adolescent pregnancy and obstetric outcomes. *Taiwanese Journal of Obstetrics and Gynecology*, v. 58, n. 6, p. 778-783, 2019.

RAIA-BARJAT, T. et al. Vitamin D deficiency during late pregnancy mediates placenta-associated complications. *Scientific reports*, v. 11, n. 1, p. 1-9, 2021.

Diabetes Mellitus gestacional e estado nutricional pré-gestacional de gestantes acompanhadas em Unidade de Saúde da Família.

Autores: Alana Gabriele Silva dos Santos¹; Janine Duarte Viana Pereira²; Caroline D'Azevedo Sica³. Universidade Feevale.

¹Nutricionista Residente da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família; ² Nutricionista Residente da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família; ³Nutricionista Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Universidade Feevale.

Endereço eletrônico: nutri.alanagsilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

A gestação é caracterizada por um período de intensas alterações fisiológicas, metabólicas e endócrinas, que alteram as necessidades nutricionais e a ingestão alimentar da mãe.

O estado nutricional e o ganho de peso materno influenciam o risco de morbimortalidade da mãe, do feto e a saúde do futuro adulto. O Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é uma intolerância aos carboidratos de graus e intensidades variados e diagnosticado pela primeira vez na gestação.

O DMG vem crescendo nas últimas décadas chegando a uma prevalência mundial de até 37,7% (média de 16,2%). No Brasil, estima-se que essa prevalência chegue a 18%, aproximadamente, dependendo dos critérios diagnósticos utilizados (OPAS, 2016).

OBJETIVOS

Analisar estado nutricional pré-gestacional e prevalência de Diabetes Mellitus Gestacional de gestantes atendidas em uma Unidade de Saúde da Família (USF).

MÉTODOS

Estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa, em que se analisou o estado nutricional pré-gestacional, de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC) e a classificação da Organização Mundial da Saúde (2000).

O DMG foi identificado através dos diagnósticos registrados pelos médicos ou outros profissionais da saúde capacitados desta USF.

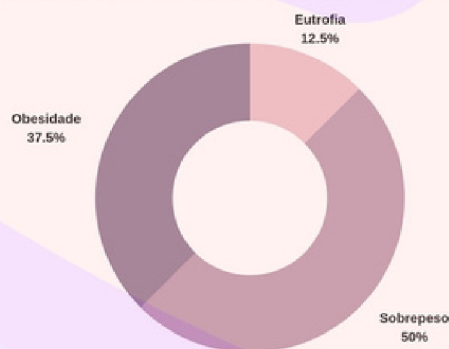
Os dados foram coletados nos prontuários de pacientes cadastradas como gestantes no mês de julho de 2022, atendidas em uma USF localizada na cidade de Novo Hamburgo/RS.

RESULTADOS

Foram identificadas 44 gestantes, das quais 18,18% (n=8) estavam diagnosticadas com DMG, na faixa etária entre 24 a 39 anos, com Idade Gestacional entre 18 a 36 semanas.

Todas as gestantes diagnosticadas com DMG são encaminhadas para acompanhamento nutricional. Destas 8 gestantes com DMG, 75% (n=6) estão em acompanhamento nutricional nesta USF, onde foram orientadas sobre mito de exclusão total de carboidratos, evitando excessos principalmente de carboidratos simples, consumo de fibras por meio de frutas, legumes, verduras e cereais integrais, atentar-se para quantidade de frutas consumidas/suco natural de frutas, evitar consumo de açúcar e atentar-se à rotulagem dos alimentos.

Gráfico 1: Estado Nutricional Pré-Gestacional. (n=8)



CONCLUSÃO

Um dos fatores que pode ser relevante para o desenvolvimento do DMG são alterações no estado nutricional, classificadas como IMC igual ou superior a 25.

O nutricionista, em conjunto com a equipe multiprofissional e interdisciplinar, desempenha um papel fundamental no cuidado com gestante no que se refere a práticas de prevenção, controle e tratamento do DMG, sendo importante a realização de estratégias nas USF, como ações educativas com as gestantes atendidas no pré-natal, a fim de promover hábitos de vida saudáveis, voltados não somente para gestantes, mas para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, M. H. J. et al. Diabetes Gestacional: Origem, prevenção e riscos. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1981-1995, 2021. Disponível em <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/43835>; Acesso em: 27 jul. 2022. doi <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-106>.

BRITO, João Gabriel Cordeiro de et al. Cuidado Multiprofissional na Estratégia Saúde da Família a Mulheres com Diabetes Mellitus Gestacional. Revista de psicologia, [S.l.], v. 14, n. 52, p. 961-973, out. 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/rid/article/view/2773>; Acesso em: 27 jul. 2022. doi:<https://doi.org/10.14295/online.v14i52.2773>.

Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Sociedade Brasileira de Diabetes.

Rastreamento e diagnóstico de diabetes mellitus gestacional no Brasil. Brasília, DF: OPAS, 2016. 32p.: il.

Gestação Pós-Cirurgia Bariátrica: Desfechos Gestacionais Na Deficiência De Ferro, Vitamina B12, Vitamina D e Vitamina A

Camilla dos Santos Nascimento¹, Leticia Souza Santos², Joice Cristina da Silva Andrade², Dayane Stéphanie Fernandes³, Leticia Neto da Silva Lupinacci⁴, Naryelle da Rocha Barbosa⁵

¹ Pós-graduanda em Nutrição Funcional Aplicada à Clínica, UFRJ; ² Bacharel em Nutrição, UFCG; ³ Nutricionista, Mestre em Tecnologia e Saúde pelo Programa de Pós-graduação Saúde e Desenvolvimento na Região do Centro Oeste, UFMS; ⁴ Pós-graduanda em Nutrição Materno Infantil, FAMEESP;

⁵ Doutoranda em Saúde da Criança e do Adolescente, UFPE

E-mail: camilladsantosn@gmail.com

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica que resulta no surgimento de outras comorbidades e em mulheres está associada a infertilidade e complicações gestacionais. Seu manejo é de caráter complexo e individualizado, sendo a Cirurgia Bariátrica (CB) uma grande aliada, apesar de causar deficiências nutricionais.

OBJETIVO

Avaliar evidências atuais sobre a deficiência de Ferro, Vitamina B12, Vitamina D e Vitamina A, no pós CB e sua influência na gestação.

MÉTODOS

Foi realizada uma revisão da literatura pela base de dados eletrônica Medline. A pesquisa inicial identificou 41 referências, onde 10 artigos foram excluídos por repetição. Após leitura dos resumos, foi feita uma nova seleção com base nos critérios de inclusão e exclusão, sendo totalizados 17 trabalhos. Os critérios de inclusão foram: artigos originais, publicados nos últimos 5 anos, em inglês, com mulheres gestantes ou lactantes após CB ou filhos de mulheres que gestaram após CB e que abordassem o estado nutricional dos micronutrientes estudados. Foram excluídos artigos de revisão, relatos de caso, artigos duplicados, em animais e que não tivessem relação com o tema.

RESULTADOS

As gestantes após CB são mais propensas às deficiências de alguns micronutrientes, afetando dessa forma seus recém-nascidos. Porém, o leite materno dessas puerperas parece ser adequado nesses nutrientes. Sobre o ferro, alguns estudos mostraram que houve deficiência tanto na pré-concepção quanto durante a gestação, havendo a necessidade de reposição intravenosa em algumas gestantes com maior deficiência. Os recém-nascidos de mães submetidas à Bypass Gástrico em Y de Roux (BGYR) tiveram menores concentrações de ferro. A deficiência de vitamina D durante a gestação pós CB é recorrente, principalmente nas mulheres submetidas à BGYR, assim como em mulheres com excesso de peso pré-gestacional e com ganho de peso gestacional total também em excesso. A presença da infecção do trato urinário em gestantes pode estar relacionada a deficiência de vitamina D.

A deficiência de vitamina B12 pode acarretar em parto prematuro, baixo peso ao nascer e defeitos no tubo neural. Essa deficiência foi observada em alguns dos estudos e mostrou-se ser comum em mulheres que conceberam antes de 12 meses após a CB. Por outro lado, os demais estudos mostram que a suplementação de vitamina B12 de forma profilática, atrelado ao acompanhamento nutricional adequado é eficaz para melhores desfechos. Os achados sobre a vitamina A mostraram em um dos estudos que o retinol sérico pós-parto foi significativamente maior em mulheres após CB, esses maiores níveis podem estar relacionados ao aconselhamento nutricional sobre dieta e suplementação que essas mulheres recebem antes e após a cirurgia. Já outro estudo demonstrou que gestantes após BGYR apresentaram deficiência de vitamina A (DVA) e desenvolveram cegueira noturna. Já em outros dois trabalhos foi observado que recém-nascidos de mães pós CB nasceram com baixo peso ao nascer e tinham DVA.

CONCLUSÃO

É nítido na literatura a importância de um bom estado nutricional no pré e no pós-parto para que não haja prejuízos à saúde da mãe e do recém-nascido. Mais estudos precisam ser feitos para um melhor manejo nutricional da gestação após CB.

REFERÊNCIAS

- COSTA, M.M. *et al.* Pregnancy after bariatric surgery: Maternal and Fetal outcomes of 39 pregnancies and a literature review. *J Obstet Gynaecol Res.* 2018 Apr;44(4):681-690. doi: 10.1111/jog.13574.
- CRUZ, S. *et al.* Maternal Anthropometry and its Relationship with the Nutritional Status of Vitamin D, Calcium, and Parathyroid Hormone in Pregnant Women After Roux-Y Gastric Bypass. *Obes Surg.* 2018 Oct;28(10):3116-3124. doi: 10.1007/s11695-018-3311-8.
- CRUZ, S. *et al.* Non-pregnant Women Have a Lower Vitamin D than Pregnant Women After Gastric Bypass. *Obes Surg.* 2020 Jul;30(7):2559-2565. doi: 10.1007/s11695-020-04512-5.
- GASCOIN, G. *et al.* Risk of low birth weight and micronutrient deficiencies in neonates from mothers after gastric bypass: a case control study. *Gynecol Obstet.* 2017 Aug;12(8):1284-1291. doi: 10.1016/j.goed.2017.03.017.
- GIMENES, J.C. *et al.* Pregnancy After Roux-Y Gastric Bypass: Nutritional and Biochemical Aspects. *Obes Surg.* 2017 Jul;27(7):1815-1821. doi: 10.1007/s11695-017-2559-0.
- MAGLIN, K. *et al.* Nutritional and perinatal outcomes of pregnant women with a history of bariatric surgery: a case series from a UK centre. *J Hum Nutr Diet.* 2020 Jan;33(2):286-295. doi: 10.1111/jhn.12718. Epub 2019 Nov 25.
- GARRETT, D. *et al.* Vitamin A and B-carotene in pregnant and breastfeeding post-bariatric women in an urban population. *J Perinat Med.* 2019 Feb;25(2):183-189. doi: 10.1515/jpm-2018-0142.
- CRUZ, S. *et al.* Relationship between the Nutritional Status of Vitamin A per Trimester of Pregnancy with Maternal Anthropometry and Anemia after Roux-Y Gastric Bypass. *Nutrients.* 2017 Sep 8;9(9):989. doi: 10.3390/nu9090989.
- JANG, G. *et al.* Bariatric Surgery Does Not Appear to Affect Women's Breast Milk Composition. *J Nutr.* 2018 Jul;148(7):1096-1102. doi: 10.1093/jn/nxy095.
- GIMENES, J.C. *et al.* Nutritional Status of Children from Women with Previously Bariatric Surgery. *Obes Surg.* 2018 Apr;28(4):990-995. doi: 10.1007/s11695-017-2959-9.
- DOLIN, C.D. *et al.* Association between time interval from bariatric surgery to pregnancy and maternal weight outcomes. *J Matern Fetal Neonatal Med.* 2021 Oct;34(20):3285-3291. doi: 10.1080/14767058.2019.1683156.
- SHOEK, K. *et al.* The Impact of Preconception Gastric Bypass Surgery on Maternal Micronutrient Status Before and during Pregnancy: A Retrospective Cohort Study in the Netherlands between 2009 and 2019. *Nutrients.* 2022 Feb 9;14(4):736. doi: 10.3390/nu14040736.
- GÜNAK, K. *et al.* Early pregnancy after bariatric surgery: a single institution preliminary experience. *Turk J Med Sci.* 2020 Feb;13(2):171-176. doi: 10.3906/tjms-1909-139.
- FARVA, S. *et al.* Supplementation Adherence and Outcomes Among Pregnant Women After Bariatric Surgery. *Obes Surg.* 2019 Jan;29(1):178-182. doi: 10.1007/s11695-018-2499-y.
- WALTER, L.B. *et al.* Adverse Neonatal and Obstetric Outcomes in a 20-year Brazilian Retrospective Cohort of Pregnancies after Bariatric Surgery. *Obes Surg.* 2021 Jul;31(7):2859-2869. doi: 10.1007/s11695-021-05269-y.
- ARAKI, S. *et al.* Pregnancy after bariatric surgery: Effect of personalized nutrition counseling on pregnancy outcomes. *Clin Nutr.* 2022 Feb;41(2):288-297. doi: 10.1016/j.clnu.2021.11.035.
- COUPAYE, M. *et al.* Impact of Roux-Y gastric bypass and sleeve gastrectomy on fetal growth and relationship with maternal nutritional status. *Surg Obes Relat Dis.* 2019 Oct;14(10):1488-1494. doi: 10.1016/j.soard.2019.07.014.

IMPACTOS DA AMAMENTAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Letícia Neto da Silva Lupinacci¹; Dayane Stéphanie Fernandes²; Camilla dos Santos Nascimento³; Joice Cristina da Silva Andrade⁴; Letícia Souza Santos⁵; Naryelle da Rocha Barbosa⁶

Pós-graduanda em Nutrição Materno Infantil, FAMEESP¹; Nutricionista, mestra em tecnologia e saúde pelo Programa de Pós-graduação Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, UFMS²; Pós-graduanda em Nutrição Funcional Aplicada à Clínica, UFRJ³; Pós-graduanda em Nutrição Clínica, FAVENI⁴; Doutoranda em Saúde da Criança e do Adolescente, UFPE⁶

E-mail: leticia.nslupinacci@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), responsável pela síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), trouxe mudanças no ambiente de saúde, na tentativa de contenção da doença, afetando todas dimensões da assistência à saúde. O público materno-infantil sofreu com os impactos advindos desta moléstia, principalmente pensando na amamentação, que reflete na saúde do binômio (mãe-bebê).

OBJETIVO

Analisar os impactos na amamentação durante a pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Este trabalho é uma revisão de literatura baseada em pesquisa em banco de dados com os descritores "amamentação", "pandemia de covid-19" e "impactos". Utilizou-se como ferramenta de busca a bases de dados PubMed, Scielo e Google Scholar. Consideraram-se os trabalhos escritos nos idiomas inglês e português na íntegra. Sendo 163 artigos que após análises, resultaram em 12 artigos condizentes com o objetivo.

RESULTADOS

Desafios foram encontrados pelas mulheres em período de lactação durante a pandemia, sendo positivos ou negativos. Estes relacionaram-se com problemas na amamentação: separação mãe-bebê ao nascimento, mamilos doloridos, dificuldade de pega, ansiedade e depressão. Enquanto aqueles, a menor pressão para amamentação, maior tempo com a família e melhor vínculo com o bebê (SAKALIDIS et al., 2021; NANISHI et al., 2022). A amamentação, considerada uma prática que aproxima física e socialmente, apresentou-se solitária, com perda de apoio, embora protegida de julgamentos e intrusão de estranhos (COHEN; BOTZ, 2022). Houve momentos que necessitaram separar o binômio, pela preocupação na transmissão da infecção, apresentando efeitos nocivos na prática de promoção da amamentação, induzindo estresse, reduzindo produção de leite, baixo sucesso na amamentação e perdas de benefícios de saúde pela amamentação (CHEEMA et al., 2020). GABRIEL et al (2021) mostraram que as taxas de aleitamento materno exclusivo na alta em participantes infectados por COVID-19 foram maiores nos centros credenciados pela Iniciativa Hospital Amigo da Criança, pois aplicaram o pele a pele e os recém-nascidos eram menos propensos a serem separados de suas mães, também constatado por COSTA et al. (2022). Já o estudo de PENG e colaboradores (2020) identificou que o afastamento do binômio colaborou com a redução da amamentação exclusiva, principalmente em mães que contraíram o vírus. Os profissionais de saúde são cruciais para o sucesso da amamentação, pois mulheres auxiliadas no contato pele a pele e início da amamentação,

aprendem habilidades e se sentem capazes (NANISHI et al., 2022; KOLEILAT et al. 2022). Mulheres que deram à luz durante a pandemia mostraram-se menos propensas a receber apoio à amamentação (NANISHI et al., 2022). As disparidades na saúde trazidas pela pandemia mostraram a necessidade de aumentar o acesso aos cuidados, fortalecer as práticas e encaminhamentos a serviços especializados e, inclusive, expandir a tele saúde pode auxiliar neste quadro (PELTZER et al., 2021; SPATZ et al., 2021; QUIFER et al., 2022; RODRÍGUEZ et al. 2022).

CONCLUSÃO

A pandemia trouxe desafios, requerendo a implantação de práticas com diferentes resultados por conta do quadro singular no planeta. Aumentar o acesso do público materno-infantil a serviços especializados de apoio e promoção ao aleitamento materno é a chave para melhorar esse cenário.

REFERÊNCIAS

- CHEEMA, R; PARTRIDGE, E; KAIR, L. R; KUHN-RIORDON, K. M. K; SILVA, A. I; BETTINELLI, M. E;
COHEN, M; BOTZ, C. Lactation in quarantine: The (in)visibility of human milk feeding during the COVID-19 pandemic in the United States. *International breastfeeding journal*, v. 17, 2022. doi: [10.1186/s13006-022-00451-2](https://doi.org/10.1186/s13006-022-00451-2)
- COSTA, S; PRILOLO, F; FATTORE, S; TEDESCO, M; RUBORTONE, S. A; GIORDANO, L; CHIOMA, R; NERI, M. C; LANZONE, A; BUONSENSO, D; VALENTINI, P; VENTO, G. Rooming-In Practice During the Pandemic: Results From a Retrospective Cohort Study. *J Hum Lact*, v. 11, 2022. doi: [10.1177/08903344221081840](https://doi.org/10.1177/08903344221081840).
- GABRIEL, M. A. M; COMECHE, L. D; PÉREZ, I. C; VERGELI, M. R; BURATTI, A. F; VICENTE, A. R; ARNAL, I. O; SÁNCHEZ, L; DÍAZ, C. A; CRIADO, E; MOLINA, T. C; CARBONERO, S. C; SATRE, C. C; MORILLO, A. F-C. Baby friendly hospital initiative breastfeeding outcomes in mothers with COVID-19 infection during the first weeks of the pandemic in Spain. *Journal of human lactation*, v. 37, n. 4, 2021. <https://doi.org/10.1177/08903344211039182>
- KOLEILAT, M; WHALEY, S. E; CLAPP, C. The Impact of COVID-19 on Breastfeeding Rates in a Low-Income Population. *Breastfeed Med*, v. 17, n. 1, 2022. doi: [10.1089/bfm.2021.0238](https://doi.org/10.1089/bfm.2021.0238)
- NANISHI, K; OKAWA, S; HONGO, H; SHIBANUMA, A; ABE, S. K; TABUCHI, T. Influence of the COVID-19 pandemic on breastfeeding support for healthy mothers and the associations between compliance with WHO recommendations for breastfeeding in Japan. *Peer J*, v. 10:e13347, 2022. <http://doi.org/10.7717/peerj.13347>
- PELTZER, N. K; OLSON, K; WILLIAMS, S; HANSEN-SMITH, H; ELIA, J; MCGURK, M. D. Exploring challenges and opportunities for breastfeeding in Hawai'i during the COVID-19 pandemic. *Hawaii journal health soc welf*, v. 80, n. 10 (suppl 2), 2021. PMID: 34704065; PMCID: [PMC8538114](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34704065/)
- PENG, S; ZHU, H; YANG, L; CAO, L; HUANG, X; DYNES, M; NARAYAN, A; XIA, J; CHEN, Y; ZHANG, P; LIU, H; LI, H; XIA, S. A study of breastfeeding practices, SARS-CoV-2 and its antibodies in the breast milk of mothers confirmed with COVID-19. *Lancet Reg Health West Pac*, v. 4:e100045, 2020. doi: [10.1016/j.lanwpc.2020.100045](https://doi.org/10.1016/j.lanwpc.2020.100045)
- QUIFER-RADA, P; AGUILAR-CAMPRUBÍ, L; PADRÓ-AROCAS, A; GÓMEZ-SEBASTIÁ, I; MENA-TUDELA, D. Impact of COVID-19 Pandemic in Breastfeeding Consultations on LactApp, an m-Health Solution for Breastfeeding Support. *Telemed J E Health*, 2022. doi: [10.1089/tmj.2021.0586](https://doi.org/10.1089/tmj.2021.0586)
- RODRÍGUEZ-GALLEGO, I; STRIVENS-VILCHEZ, H; AGEA-CANO, I; MARÍN-SÁNCHEZ, C; SEVILLANO-GIRALDO, M. D; GAMUNDI-FERNÁNDEZ, C; BERNÁ-GUISADO, C; LEON-LARIOS, F. Breastfeeding experiences during the COVID-19 pandemic in Spain: a qualitative study. *Int Breastfeed J*, v. 17, n. 1, 2022. doi: [10.1186/s13006-022-00453-0](https://doi.org/10.1186/s13006-022-00453-0)
- SAKALIDIS, V. S; REA, A; PERRELLA, S. L; MCEACHRAN, J; COLLIS, G; MIRAUDO, J; PROSSER, S. A; GIBSON, L. Y; SILVA, D; GEDDES, D. T. Wellbeing of breastfeeding women in Australia and New Zealand during the COVID-19 pandemic: a cross-section study. *Nutrients*, v. 13, n. 6, 2021. doi: [10.3390/nu13061831](https://doi.org/10.3390/nu13061831)
- SPATZ, D. L; DAVANZO, R; MULLER, J. A; POWELL, R; RIGOURD, V; YATES, A; GEDDES, D. T; VAN GOUDOEVEER, J. B; BODE, L. Promoting and Protecting Human Milk and Breastfeeding in a COVID-19 World. *Frontiers in pediatrics*, v. 8, 2021. doi: [10.3389/fped.2020.633700](https://doi.org/10.3389/fped.2020.633700)

Associação entre a anemia e o consumo alimentar em crianças menores de cinco anos de uma comunidade urbana de baixa renda do Nordeste do Brasil

ANDRIELLY GOMES DA SILVA¹; KELDLYNE ELLEN LEITE; JORGE VICTOR SOARES MOREIRA; PAOLA FRASSINETTE DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE SILVA; LILIAN GUERRA CABRAL DOS SANTOS.

¹ Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS); Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), Recife, Pernambuco – Brasil; Recife-PE; E-mail: andriellyg18@outlook.com

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a anemia é considerada como um estado em que as concentrações de hemoglobina se encontram baixas devido a carências nutricionais. Este estudo observou fatores preponderantes entre o consumo desequilibrado de alimentos de risco e de proteção contra a anemia conforme os questionários propostos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

OBJETIVOS

Verificar a associação entre a anemia e o consumo alimentar de crianças menores de 5 anos de uma comunidade urbana de baixa renda do Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, tendo como base de dados à pesquisa "Saúde, nutrição e serviços assistenciais numa população de baixa renda do Recife: um estudo *baseline*". O estudo foi realizado no bairro dos Coelhos, localizado em Recife-Pernambuco. Foram incluídas no estudo as crianças entre 6 e 59 meses nas quais foi realizada a dosagem de hemoglobina. Os critérios de exclusão foram crianças que possuíam alguma patologia (como câncer e doenças crônicas) que pudesse comprometer os níveis de hemoglobina e nas situações em que a mãe ou cuidadora possuíam dificuldade para compreender ou responder o questionário. A dosagem de hemoglobina foi realizada por meio de coleta de sangue por punção venosa em Laboratório de Análise Médica. A definição de anemia baseou-se na classificação da OMS, que considera anêmicas crianças com hemoglobina <11g/dL. As informações sobre o consumo alimentar foram coletadas através da frequência alimentar conforme os questionários propostos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. A avaliação foi constituída por dois grupos. Grupo 1: leite de vaca, fórmula infantil, mingau e sopa sem carne (composto pelos alimentos de risco para a ocorrência da anemia) e Grupo 2: raízes, cuscuz, ovo, carnes, sopa com carne, feijão, cereais, fruta/suco natural, verduras e legumes, (considerados alimentos de proteção para anemia). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, de acordo com a resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CAAE No. 07246912.6.0000.5201).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 197 crianças, sendo a maioria do sexo feminino (52,8%) e com idade igual ou superior a 24 meses (60,9%). Foi verificado que 10,2% das crianças apresentavam anemia (média de Hb=12,0 ± 0,9 g/dL), sendo 6,1% em crianças <24 meses e 4,1% nos ≥24 meses. Em relação ao consumo alimentar, 47,4% das crianças consumiam os alimentos de risco para anemia, acima da mediana, enquanto apenas 33,0% consumiam os alimentos de proteção, acima da mediana.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que há maior predominância do surgimento da anemia em crianças que apresentam o consumo alimentar aumentado dos alimentos de risco para anemia.

REFERÊNCIAS

- Osório, Mônica EM. Fatores determinantes da anemia em crianças. *Jornal de Pediatria* [online]. 2002, v. 78, n. 4, pp. 269-278. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572002000400005>>. Epub 10 Jan 2003. ISSN 1678-4782; Rocha, Élica Mara Braga et al.
IRON DEFICIENCY ANEMIA AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIOECONOMIC VULNERABILITY. *Revista Paulista de Pediatria* [online]. 2020, v. 38. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2019031>>. Epub 21 May 2020. ISSN 1984-0462; Brunken, Gisela Soares, Muniz, Pascoal Torres and Silva, Solanyara Maria da Weekly iron supplementation reduces anemia prevalence by 1/3 in preschool children. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [online]. 2004, v. 7, n. 2, pp. 210-219. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2004000200010>>. Epub 15 Mar 2005. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2004000200010>;
Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamentos de Nutrologia e Hematologia. Consenso sobre anemia ferropriva: mais que uma doença, uma urgência médica! 24.07.18

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL

A influência das redes sociais na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno exclusivo: uma revisão integrativa

Danúbia Joanes Rosa Guerra¹, Thais da Silva Borges², Maria Beatriz Marinho Vilar³, Letícia Ribeiro Paes⁴, Natalia Fernandes Furtado⁵, Lanny dos Santos Silva⁶, Isabela Souza Oliveira Maciel⁷, José Rodrigo Lopes Souza⁸, Amanda Maria Barbosa⁹, Naryelle da Rocha Barbosa¹⁰

¹Nutricionista, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa -MG, ²Nutricionista, Universidade Metropolitana de Santos, Santos-SP, ³Nutricionista, Faculdade Internacional da Paraíba-FPB, PB, ⁴Graduanda em Nutrição UniRedentor, Rio de Janeiro-RJ, ⁵Nutricionista, Centro Universitário de Patos-UNIFIP, Patos-PB, ⁶Pós-graduanda em Nutrição Clínica FAVENI, ⁷Graduanda em Nutrição, Centro Universitário FMU, ⁸Pós-graduando em Nutrição Clínica Integrativa IPGS, ⁹Graduanda em Nutrição UNINASAU, ¹⁰Doutoranda em Saúde da Criança e do Adolescente, UFPE

danubia.guerra@ufv.br

Introdução

O aleitamento materno possui benefícios nutricionais, psicológicos, econômicos, imunológicos, sociais e deve ser realizado de modo exclusivo até o sexto mês do bebê. Mesmo se tratando de um processo fisiológico, a amamentação é complexa, desperta dúvidas e insegurança, o que pode se agravar quando não há orientações prévias ou efetividade das mesmas realizadas em Unidades Básicas de Saúde, Hospitais e Bancos de Leite Humano, locais que atuam diretamente nos cuidados para a implementação e maior duração do aleitamento materno. Desse modo, as redes sociais se destacam por serem ferramentas de buscas rápidas, com fontes de informação e orientações importantes para a promoção da amamentação.

Objetivo

Relatar a influência das redes sociais como ferramentas que auxiliam na promoção e proteção do aleitamento materno de modo exclusivo.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa, na qual foi realizada um levantamento de pesquisas bibliográficas com critérios de inclusão e exclusão ilustrados na Figura 1.

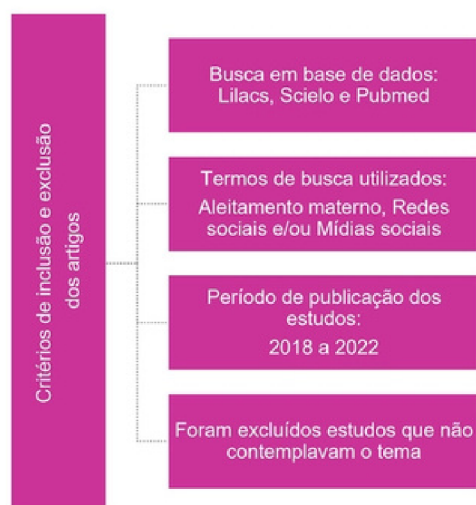


Figura 1: Metodologia utilizada para a realização do trabalho.

Resultados

A partir dos estudos foi possível verificar que o uso das mídias sociais no incentivo, apoio e proteção na amamentação se mostrou eficaz (Figura 2).



Figura 2: Resultados observados nos estudos incluídos.

Conclusão

As redes sociais são importantes por permitirem que um grande público possa acessar com rapidez as informações que estimulam a proteção do aleitamento materno. Além disso, os conteúdos transmitidos pelas mídias digitais geram identificação materna, despertam sentimentos de acolhimento, empatia e solidariedade, o que contribui positivamente para a promoção das práticas do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida do bebê.

Referências

- ACCIOLY, Elizabeth; SAUNDERS, Cláudia; LACERDA, Elisa Maria de Aquino. *Nutrição em Obstetrícia e Pediatria* - 2ª EDIÇÃO. Cultura Médica. 2009.
- CABRAL CS, et al. Inserção de um grupo virtual na rede social de apoio ao aleitamento materno exclusivo de mulheres após a alta hospitalar. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, vol. 24, abr.2020.
- VIEIRA, C. M., Freitas, H. M. B. de, Zanon, B. P., & Anversa, E. T. R. (2020). Promoção do aleitamento materno exclusivo na visão dos profissionais de uma Estratégia Saúde da Família. *Research, Society and Development*, 9(8). <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6355>
- COUTO, Iara Maria Rodrigues et al. Aleitamento materno, perspectivas e uso das mídias sociais como estratégia de promoção. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 5, p. 35348-35355, 2022.
- GALVÃO, Dulce Maria Pereira Garcia; SILVA, Ernestina Maria Batoca.; SILVA, Daniel Marques. Use of new technologies and promotion of breastfeeding: integrative literature review. *Revista Paulista de Pediatria* [online]. 2022, v. 40

NÓBREGA, Valeska Cahú Fonseca da et al. As redes sociais de apoio para o Aleitamento Materno: uma pesquisa-ação. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 429-440, 2019.

Perfil socioeconômico e ambiental de crianças menores de cinco anos de uma comunidade urbana de baixa renda do Nordeste do Brasil

KELDLAYNE ELLEN LEITE¹; ANDRIELLY GOMES DA SILVA; JORGE VICTOR SOARES MOREIRA; PAOLA FRASSINETTE DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE SILVA; LILIAN GUERRA CABRAL DOS SANTOS.

¹ Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS); Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), Recife, Pernambuco – Brasil; Recife-PE;
E-mail: keeeld@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o direito a outras necessidades essenciais. Este estudo evidencia que nas últimas décadas, especificamente as crianças do Nordeste brasileiro menores de 5 anos, sofreram uma transição significativa no que diz respeito a saúde, condições de vida e alimentação.

OBJETIVOS

Analisar a associação entre as variáveis socioeconômicas e ambientais que influencia a qualidade de vida de crianças menores de 5 anos residentes em uma comunidade urbana do Recife.

MÉTODOS

Estudo transversal, tendo como base de dados a pesquisa “Saúde, nutrição e serviços assistenciais numa população de baixa renda do Recife: um estudo *baseline*”. O estudo foi realizado no bairro dos Coelhos, localizado em Recife-Pernambuco. A amostra foi composta por crianças com idade entre 6 e 59 meses. Foram coletadas variáveis socioeconômicas e ambientais. A avaliação da situação econômica das famílias foi realizada através da classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), de acordo com a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CAAE No. 07246912.6.0000.5201).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 197 crianças, sendo a maioria do sexo feminino (52,8%) e com idade igual ou superior a 24 meses (60,9%). Quanto à classe econômica, a maioria dos participantes classifica-se como classe B/C, 60,9% declaram recebimento de auxílio governamental e 47% não possui renda familiar, comprometendo a compra de gêneros alimentícios; no que tange a escolaridade materna 39% possuem o ensino médio ou superior; 11,2% consumiam água sem nenhum tipo de tratamento; 11,7% não possuíam tratamento de lixo adequado e a maior parte apresenta condições vulneráveis de habitação.

Tabela 1 – Caracterização socioeconômica e ambiental de crianças de 6 a 59 meses do bairro dos Coelhos, Recife-PE, 2014

Classe socioeconômica	n	%
A/B/C	124	63,0
D	78	7,8
E	120	60,9
F	77	38,1
G	120	60,9
H	77	38,1
I	120	60,9
J	77	38,1
K	120	60,9
L	77	38,1
M	120	60,9
N	77	38,1
O	120	60,9
P	77	38,1
Q	120	60,9
R	77	38,1
S	120	60,9
T	77	38,1
U	120	60,9
V	77	38,1
W	120	60,9
X	77	38,1
Y	120	60,9
Z	77	38,1
AA	120	60,9
BB	77	38,1
CC	120	60,9
DD	77	38,1
EE	120	60,9
FF	77	38,1
GG	120	60,9
HH	77	38,1
II	120	60,9
JJ	77	38,1
KK	120	60,9
LL	77	38,1
MM	120	60,9
NN	77	38,1
OO	120	60,9
PP	77	38,1
QQ	120	60,9
RR	77	38,1
SS	120	60,9
TT	77	38,1
UU	120	60,9
VV	77	38,1
WW	120	60,9
XX	77	38,1
YY	120	60,9
ZZ	77	38,1
AAA	120	60,9
BBB	77	38,1
CCC	120	60,9
DDD	77	38,1
EEE	120	60,9
FFF	77	38,1
GGG	120	60,9
HHH	77	38,1
III	120	60,9
JJJ	77	38,1
KKK	120	60,9
LLL	77	38,1
MMM	120	60,9
NNN	77	38,1
OOO	120	60,9
PPP	77	38,1
QQQ	120	60,9
RRR	77	38,1
SSS	120	60,9
TTT	77	38,1
UUU	120	60,9
VVV	77	38,1
WWW	120	60,9
XXX	77	38,1
YYY	120	60,9
ZZZ	77	38,1
AAAA	120	60,9
BBBB	77	38,1
CCCC	120	60,9
DDDD	77	38,1
EEEE	120	60,9
FFFF	77	38,1
GGGG	120	60,9
HHHH	77	38,1
IIII	120	60,9
JJJJ	77	38,1
KKKK	120	60,9
LLLL	77	38,1
MMMM	120	60,9
NNNN	77	38,1
OOOO	120	60,9
PPPP	77	38,1
QQQQ	120	60,9
RRRR	77	38,1
SSSS	120	60,9
TTTT	77	38,1
UUUU	120	60,9
VVVV	77	38,1
WWWW	120	60,9
XXXX	77	38,1
YYYY	120	60,9
ZZZZ	77	38,1
AAAAA	120	60,9
BBBBB	77	38,1
CCCCC	120	60,9
DDDDD	77	38,1
EEEEE	120	60,9
FFFFF	77	38,1
GGGGG	120	60,9
HHHHH	77	38,1
IIIIII	120	60,9
JJJJJJ	77	38,1
KKKKKK	120	60,9
LLLLLL	77	38,1
MMMMM	120	60,9
NNNNN	77	38,1
OOOOO	120	60,9
PPPPPP	77	38,1
QQQQQQ	120	60,9
RRRRRR	77	38,1
SSSSSS	120	60,9
TTTTTT	77	38,1
UUUUUU	120	60,9
VVVVVV	77	38,1
WWWWWW	120	60,9
XXXXXX	77	38,1
YYYYYY	120	60,9
ZZZZZZ	77	38,1
AAAAAA	120	60,9
BBBBBB	77	38,1
CCCCCC	120	60,9
DDDDDD	77	38,1
EEEEEE	120	60,9
FFFFFF	77	38,1
GGGGGG	120	60,9
HHHHHH	77	38,1
IIIIIII	120	60,9
JJJJJJJ	77	38,1
KKKKKKK	120	60,9
LLLLLLL	77	38,1

CONCLUSÕES

Diante do cenário observado, é possível concluir que o perfil socioeconômico e ambiental de crianças menores de 5 anos no Nordeste apresenta limitações que comprometem o funcionamento efetivo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

REFERÊNCIAS

Bezerra, Mariana Silva et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 10, pp. 3833-3846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020251035882018>>. Epub 28 Set 2020. ISSN 1678-4561.

SANTOS, M. V. A.; OLIVEIRA, I. G. de; PEREIRA, F. M. N.; SANTOS, P. R. Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021003, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661450.

Introdução

A infertilidade é uma falha em engravidar após 12 meses de relações sexuais desprotegidas e rotineiras, e pode estar relacionada à distúrbios da ovulação e do sistema reprodutivo, redução da reserva ovariana, doenças crônicas, alterações de peso, exposição à xenobióticos e fatores fisiológicos relacionados à idade¹.

O Inositol é um álcool de açúcar com 9 formas, um deles é o mio-inositol (MI), conhecido como agente sensibilizador da insulina. Sua suplementação pode ser essencial, particularmente na SOP, pelo seu efeito de modulação da resposta à insulina. Os derivados de inositol são importantes mensageiros secundários de LH e FSH, regulando o ciclo menstrual, melhorando a ovulação e melhorando parâmetros metabólicos na SOP².

Objetivo

O objetivo do estudo é compreender o papel da suplementação do MI na fertilidade feminina.

Metodologia

Selecionamos artigos dos últimos 10 anos no PubMed com os termos de pesquisa: MI e Fertilidade. Incluímos revisões sistemáticas, meta-análises e ensaios clínicos randomizados, totalizando 14 artigos.

Resultados e Discussão

Um estudo com 196 pacientes divididas em 2 grupos: o 1º recebeu MI por 12 semanas antes da HCO (hiper estimulação ovariana controlada) + IIU (ovulação e inseminação intrauterina) e o 2º fez diretamente a HCO + IIU. No 1º, 9 pacientes engravidaram espontaneamente durante o tratamento. O estudo conclui que o uso de MI aumenta a ovulação³.

A taxas de ovulação e regularização dos ciclos menstruais foram melhores após uso de MI⁴. O MI aumentou as taxas de ovulação e gravidez em mulheres inférteis submetidas à HCO e IIU⁵. Um estudo com 120 mulheres inférteis com SOP constatou que quem recebeu MI e metformina teve melhora significativa nos ciclos menstruais e maior taxa de nascidos vivos⁶. Uma diminuição significativa nos níveis de andrógenos circulantes, foi observada nas pacientes com SOP que receberam MI *versus* metformina^{7,8}. O MI é mais eficaz que a metformina na melhora da função ovariana em pacientes com SOP com IMC normal⁹.

A dose ideal de MI ainda não foi definida. Os estudos usaram 1-4 g por dia em diferentes configurações¹⁰, como não há relatos de efeitos colaterais e pelos benefícios clínicos e hormonais semelhantes aos da metformina, pode ser considerado como opção nesses casos¹¹.

Consideração Final

O MI pode auxiliar no tratamento de infertilidade, principalmente quando associado à SOP. Seus benefícios estão relacionados à melhora do perfil metabólico e hormonal, auxiliando na resposta insulínica, regularidade menstrual e ovulação, aumentando as taxas de gestação e nascidos vivos.

Referências

1. Skoracka, K. et al. Female Fertility and the Nutritional Approach: The Most Essential Aspects. *Adv Nutr*. 12:2372–2386, 2021.
2. Laganà, A.S. et al. Inositol in polycystic ovary syndrome: restoring fertility through a pathophysiology-based approach. *Trends Endocrinol Metab*. 29(11):768–80, 2018.
3. Özyay, OM. et al. Myo-inositol administration positively effects ovulation induction and intrauterine insemination in patients with polycystic ovary syndrome: a prospective, controlled, randomized trial. *Gynecol Endocrinol*, Early Online: 1–4, 2017.
4. Regidor, P.A.; Schindler A.E. Myoinositol as a Safe and Alternative Approach in the Treatment of Infertile PCOS Women: A German Observational Study. *Int J Endocrinol* 2016.
5. Zheng, X. et al. Inositol supplement improves clinical pregnancy rate in infertile women undergoing ovulation induction for ICSI or IVF-ET. *Medicine*, 2017.
6. Agrawal, A. et al. Comparison of metformin plus myoinositol vs metformin alone in PCOS women undergoing ovulation induction cycles: randomized controlled trial. *Gynecol Endocrinol*. 35 (6), 2019.
7. Nas K.; Tuu L. A comparative study between myo-inositol and metformin in the treatment of insulin-resistant women. *Eur Rev Med Pharmacol Sci*. 21(2):77-82, 2017.
8. Awalekar J, Awalekar C, Jadhav V, Chivate C, Patwardhan M. Effect of metformin & myoinositol & life style modification in patients of polycystic ovarian disease (PCOD). *Int J Biomed Res*. 6: 698-704, 2015.
9. Purghasem S, Bazarganipour F, Taghavi SA, Kutenae MA. The effectiveness of inositol and metformin on infertile polycystic ovary syndrome women with resistant to letrozole. *Arch Gynecol Obstet*. 299: 1193-1199, 2019.
10. Artini, P.G. et al. Endocrine and clinical effects of myo-inositol administration in polycystic ovary syndrome. A randomized study. *Gynecol Endocrinol*. 29:375–379, 2013
11. Kutenae, M.A. et al. The effects of myo-inositol vs. metformin on the ovarian function in the polycystic ovary syndrome: a systematic review and meta-analysis. *Eur Rev Med Pharmacol Sci*. 25(7):3105-3115, 2021.

A importância dos profissionais da saúde no incentivo ao aleitamento materno exclusivo

Ana Laura Tomaselli Borba, Millana Nogueira Neves Roballo, Bruna Oliveira de Vargas, Rainnymarie Beatriz Silva Silva (Acadêmicas de Nutrição)

Giulia Piccini Ermel, Jéssica Vieira de Souza, Lucineide Leni Do Nascimento Silva (Acadêmicas de Fisioterapia)

Aline Priscila Rodrigues Mineiro (Acadêmica de Enfermagem)

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA - IPA

E-mail: ligasaudematernoinfantil@gmail.com

Introdução

O ato de amamentar é muito mais que nutrir a criança. É um processo incomparável e único, que integra um vínculo profundo entre mãe e filho, sendo o leite materno o alimento ideal para a criança, pois este possui os anticorpos necessários para a imunidade do lactente e está totalmente adaptado às suas necessidades nos primeiros anos de vida. Ainda assim, inúmeros profissionais de saúde ainda possuem dúvidas recorrentes no que tange o aleitamento materno e os aspectos que o envolvem.

Objetivos

Este trabalho tem por objetivo realizar a revisão de literatura sobre a importância da amamentação e o papel dos profissionais da saúde.

Métodos

Trata-se de um estudo de revisão narrativa de literatura. A coleta de dados foi realizada mediante a busca eletrônica nas plataformas SCIELO, LILACS, PUBMED e MEDLINE sendo utilizada as palavras chaves amamentação e materno-infantil.

Resultados

Segundo Santos et al, estudos apontam que, a amamentação traz menor risco de mal oclusão dental, além de prevenir cerca de 820.000 mortes de crianças menores de cinco anos por ano no mundo e cerca de 20.000 mortes de mulheres por câncer de mama. Conforme a OMS (Organização Mundial de Saúde), evidências apontam que o aleitamento materno apresenta benefícios para a vida da mãe e do bebê, que podem ser a curto e longos prazos. Fonseca, Antunes e Taveira (2022), ressaltam a importância de conhecer, escutar, conversar com a nutriz a respeito da amamentação e diante disso desenvolver uma estratégia, embasada com conhecimento técnico-científico, para auxiliar a mãe no período da amamentação. Por fim, Ferreira e colaboradores afirmam que faltou orientação sobre 'aleitamento materno durante o pré-natal' para 146 (52,5%) mulheres que 'amamentaram exclusivamente' e para 49 (57,65%) 'mulheres que não amamentaram exclusivamente' e isto pode influenciar diretamente na adesão ao aleitamento materno.

Conclusão

Diante disso, é necessário que os profissionais envolvidos neste processo saibam identificar e compreender as práticas alimentares do aleitamento materno no contexto sociocultural e familiar e, a partir dessa compreensão, realizem uma intervenção eficaz para cuidar tanto da dupla mãe/bebê como também de sua família. Além disso, tem-se ainda que é de suma importância o papel da atuação multiprofissional no que diz respeito a orientação e conscientização sobre a importância do aleitamento materno para o crescimento e desenvolvimento da criança ao longo de toda a sua vida. Portanto, cabe aos profissionais de saúde entender que tipo de apoio, informação ou interação as mães e os familiares necessitam, desejam e esperam deles durante este processo.



Referências

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- Costa, L. K. O., Queiroz, L. L. C., Queiroz, R. C. G. da S., Ribeiro, T. S. F., & Fonseca, M. do S. S. (2014). IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: uma revisão sistemática da literatura. Revista De Ciências Da Saúde, 15(1). <https://doi.org/10.18764/>
- Carvalho, L. M. N. ., & Passos, S. G. de . (2021). OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA A SAÚDE DA CRIANÇA: REVISÃO INTEGRATIVA . Revista Coleta Científica, 5(9), 70-87. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5117748>
- Bervian, j.; fontana, m.; caus, b. Relação entre amamentação, desenvolvimento motor bucal e hábitos bucais - revisão de literatura. Revista da faculdade de odontologia - upf, v. 13, n. 2, 9 ago. 2010.
- Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, saúde da criança 23. Brasília
- Ferreira, Hellen Livia Oliveira Catunda et al. Fatores Associados à Adesão ao Aleitamento Materno Exclusivo. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 3 [Acessado 31 Julho 2022] , pp. 683-690. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.06262016>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.06262016>.
- Fonseca, M. A.F., Antunes, V. P., Taveira, L. M. A atuação do enfermeiro na orientação de primíparas sobre o aleitamento materno exclusivo. Revista Nursing, 2022; 25 (290): 8079-8084. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2022v25i290p8079-8090>. Acesso em: 31 Jul. 2022.

Obesidade infantil e o tratamento multidisciplinar

Ana Laura Tomaselli Borba, Millana Nogueira Neves Roballo, Bruna Oliveira de Vargas, Rainnymarie Beatriz Silva Silva (Acadêmicas de Nutrição)

Giulia Piccini Ermel, Jéssica Vieira de Souza, Lucineide Leni Do Nascimento Silva (Acadêmicas de Fisioterapia)

Aline Priscila Rodrigues Mineiro (Acadêmica de Enfermagem)

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA -IPA

E-mail: ligasaudematernoinfantil@gmail.com

Introdução

A obesidade infantil pode ser causada por vários fatores, entre eles, genética, desigualdades sociais, hábitos familiares, influência da mídia, sedentarismo, etc. As consequências da obesidade infantil merecem atenção. É alta a probabilidade de crianças obesas desenvolverem diabetes, hipertensão ou dislipidemia na fase adulta. No que diz respeito à questão emocional, a rejeição social ou mesmo bullying são situações frequentes. Além disso, o físico é afetado devido a pressão que a gordura exerce no corpo podendo levar a problemas na coluna e articulações. Diante disso, é necessário a atuação da equipe multidisciplinar no tratamento, em diversos aspectos, da obesidade.

Objetivos

Analisar o papel dos diversos profissionais da saúde no tratamento da obesidade infantil.

Métodos

Trata-se de um estudo de revisão narrativa de literatura. A coleta de dados foi realizada mediante a busca eletrônica nas plataformas SCIELO, LILACS, PUBMED e MEDLINE sendo utilizadas as palavras chaves obesidade, equipe multidisciplinar e obesidade infantil.

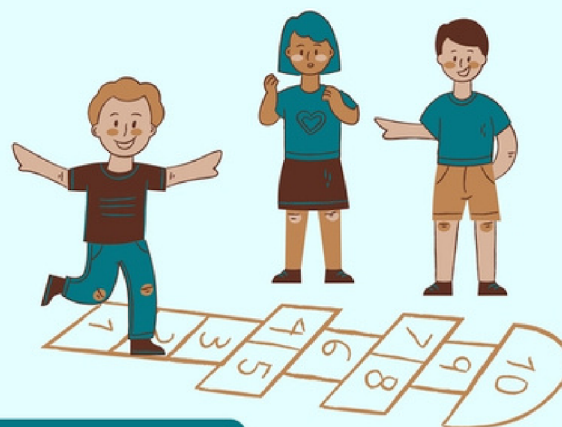
Resultados

A OMS (Organização Mundial da Saúde) relatou em 2004 que a obesidade infantil tem crescido em torno de 10 a 40% na maioria dos países europeus nos últimos 10 anos. De acordo com Utter et al, o sobrepeso é um resultado de uma instabilidade entre o consumo de nutrientes energéticos e a inexistência ou baixo tempo de exercício físico praticado diariamente. Estudos realizados em 2003 por Linscheid et al, identificou que 20% a 30% das crianças apresentam diversos problemas com alimentação.

Elza et al, apresentou em seu estudo as principais complicações que a obesidade infantil acarretará no desenvolvimento da criança, como: problemas articulares, cardiovasculares, cutâneos, endócrino-metabólicos, gastrointestinais, respiratórios, aumento do risco para desenvolvimento de neoplasias e da necessidade de cirurgias e problemas psicossociais. Portanto, torne-se imprescindível e fica evidente a maior efetividade no tratamento da obesidade infantil quando há o acompanhamento com uma equipe multidisciplinar.

Conclusão

A obesidade infantil é um sério problema de saúde pública no Brasil e no mundo todo, a função principal da equipe multidisciplinar neste meio é atuar na prevenção e redução de agravos que a obesidade pode trazer para a vida desde indivíduo. É de suma importância que haja mais estudos a respeito do assunto e que estas equipes adentrem nas escolas para que possam intervir desde o início e assim prevenir os danos.



Referências

SANTOS, Raimunda Alice dos Santos; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro; BATISTA, Hermes Melo Teixeira. Obesidade Infantil e Abordagens em Psicologia: Uma Revisão da Literatura. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. V. 10, N. 30, Supl. 1, Julho/2016. Disponível em: < <http://idonline.emnuvens.com.br/id> >. Acesso em: 30 jul de 2022.

MELLO, Elza D. de.; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?. Jornal de Pediatria. V. 80, N. 3, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/jped/a/GftqBGnnCyhvZ89C9M4Pqsv/abstract/?lang=pt#:~:text=CONCLUSÕES%3A%20Deve-se%20prevenir%20a,de%20saúde%20e%20nas%20escolas.> >. Acesso em: 30 jul de 2022.

Utter, J., Neumark-Sztainer, D., Jeffery, R., & Story, M. (2003). Couch potatoes or French fries: Are sedentary behaviors associated with body mass index, physical activity, and dietary behaviors among adolescents? Journal of the American Dietetic Association, 103, 1298-1

Linscheid, T., Budd, K., & Rasnake, L. (2003). Pediatric Feeding Problems. In Roberts, M. (Ed.), Handbook of Pediatric Psychology (pp. 481-498). New York: Guilford Press.

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL

FREQUÊNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM CRIANÇAS MENORES DE SEIS MESES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Autores: Tamires de Carvalho Amorim^{1*}; Adrielle Cristina Silva de Sales²; Karine Brito Beck da Silva³

¹Nutricionista pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; ²Nutricionista pelo Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE; ³Nutricionista, Doutora pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

*tamirescnutri@gmail.com

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo (AMEX) é preconizado pelo Ministério da Saúde e, posteriormente, alimentação complementada com continuidade do aleitamento materno (AM) até os dois anos de vida ou mais. O advento da pandemia pelo vírus do SARS-CoV-2 trouxe à tona o questionamento acerca da necessidade de suspensão do aleitamento materno de crianças com mães infectadas pelo vírus. Apesar das evidências limitadas acerca da transmissão vertical, a amamentação continua sendo incentivada mesmo para lactantes infectadas visto que foram detectados no leite dessas mães anticorpos contra o SARS-CoV 2 o que pode justificar uma possível redução no desfecho clínico da doença nessas crianças após exposição ao vírus.

OBJETIVO

Caracterizar o AMEX por crianças menores de seis meses no contexto da pandemia pela SARS-CoV 2 nas regiões do Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal e retrospectivo, realizado a partir de dados secundários coletados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) que concerne em um sistema de informações de domínio público, alimentado por profissionais da atenção primária à saúde (APS), mediante informações apresentadas pela população atendida por demanda espontânea. A busca foi realizada na plataforma SISVAN WEB, no período de julho de 2022, mediante relatório referente ao consumo alimentar de crianças menores de seis meses residentes de todas as regiões do Brasil e cadastradas no sistema nos anos de 2019 e 2020.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 76.025 crianças no ano de 2019 e 73.942 no ano de 2020, antes e após o início da pandemia, respectivamente. Em uma análise geral, observou-se que o AMEX sofreu uma leve ascensão, passando de 53% no ano de 2019 para 54% em 2020. Ao confrontar esses dados por regiões do Brasil, a única região com elevação da frequência de AMEX foi o Sudeste, passando de 53% (2019) para 58% (2020), as regiões Sul e Centro-Oeste mantiveram seus percentuais, ambos com 53%. No entanto, as regiões Norte e Nordeste apresentaram declínio nas frequências de AMEX, o Norte reduziu de 57% para 55% e o Nordeste de 45% para 43%.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo apresentaram um cenário geral positivo devido à elevação do AME em um contexto de problema de saúde pública, trazido pelo vírus da SARS-CoV 2. Contudo, é válido destacar que tal resultado mascara um cenário preocupante e ascendente, visto que, territórios mais vulneráveis, como as regiões Norte e Nordeste, são os mais atingidos por situações de saúde desfavoráveis. Tal cenário evidencia uma situação de saúde pública alarmante e a emergente necessidade de se investir em políticas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno exclusivo, com ênfase nas regiões mais vulneráveis. Cabe destacar que os dados não podem ser generalizados devido a limitação de diferença amostral no ano pós pandemia.

Referências: VASSILOPOULOU, E., et al. Breastfeeding and COVID-19: from nutrition to immunity. *Frontiers In Immunology*, [S.L.], v. 12, p. 15-15, 7 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Relatório do Consumo Alimentar dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice**, versão 3.0, Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Relatório do Consumo Alimentar dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice**, versão 3.0, Brasília, 2019.

A INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS

Angela Claudia do Nascimento Andrade¹; Anna Eulíia Gomes Calaça de Brito²; Maria Eduarda Alcântara Tavares³; Maria Fernanda Andriano de oliveira⁴; Lais Donin Vianna⁵

Graduada em Nutrição, UNIBRA¹; Pós-graduada em Nutrição Materno Infantil, UPE²; Graduada em Nutrição, UNIFOR³; Pós-graduada em Nutrição Clínica e Esportiva, UNIMAR⁴; Pós-graduada em Materno Infantil, UNIFESP⁵

E-mail: angelaclaudiaangela@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, diversos estudos sugerem uma melhor qualidade de vida e ausência da prevalência de doenças em indivíduos com práticas alimentares saudáveis nos primeiros anos de vida. Os primeiros 1000 dias da criança, que compreende desde a concepção até os dois anos de idade é crucial para promoção do crescimento, em razão da acelerada velocidade de multiplicação celular, por isso a nutrição adequada nos primeiros anos de vida é fundamental para formação de hábitos e manutenção da saúde por toda a vida desse indivíduo. É possível observar nas últimas décadas mudanças na alimentação da população brasileira, bem como o surgimento de uma pandemia de obesidade e de doenças crônicas. A introdução alimentar é necessária como complemento do leite materno, a partir dos seis meses, quando criança atinge o estágio de desenvolvimento da maturidade fisiológica, sendo apresentado as crianças alimentos que fazem parte do hábito cultural da família, porém é comum a introdução de alimentos industrializados nessa fase. Os alimentos processados e ultra processados, estão sendo introduzidos cada vez mais precocemente na alimentação infantil, esses alimentos são nutricionalmente desbalanceados, ricos em açúcares e gorduras, com alto teor de sódio e tendem a ser pobres em fibras.

OBJETIVO

Realizar o levantamento de dados na literatura para identificar a iniciação do consumo de alimentos industrializados em crianças menores de dois anos.

MÉTODOS

O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, buscando por artigos científicos nas bases de dados eletrônicas: SciELO, Google Acadêmico, Pubmed, usando como descritores as palavras chaves: Introdução alimentar, crianças e industrializados. Encontraram-se 19 artigos, dos quais 07 foram selecionados por terem sido publicados nos últimos cinco anos e 12 excluídos.

RESULTADOS

A partir da leitura dos artigos selecionados observou-se que apesar de não recomendado é comum a introdução alimentar acontecer antes do sexto mês, com presença forte dos alimentos industrializados. Os sucos de caixinha ou mesmo o refresco em pó são os primeiros a serem introduzidos, seguidos de Queijo tipo petit-suisse, bolacha recheada, refrigerante, salgadinho, macarrão instantâneo, balas e chocolates, todos alimentos altamente calóricos e de pouco ou nenhum valor nutricional. Essa prática de alimentação, pode levar a prejuízos nutricionais, como obesidade, resistência insulínica, problemas intestinais, doenças cardiovasculares, deficiências vitamínicas, entre outros problemas de saúde, além de retardar o desenvolvimento e

crescimento de algumas crianças. Os estudos também mostram que em famílias de baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade e mães muito jovens, contribuem para o aumento dessa prática alimentar.

CONCLUSÃO

A construção de hábitos alimentares saudáveis adquiridos nessa fase tendem a se prolongar ao longo da vida adulta, sendo agente preventivo contra obesidade, doença cardiovasculares, diabetes, hipertensão, dentre outras. Torna-se de suma importância a participação do profissional nutricionista, no desenvolvimento de ações de Educação Alimentar Nutricional no âmbito familiar, buscando conscientizar pais e cuidadores, para uma introdução alimentar saudável e livre dos alimentos processados e ultraprocessados, seguindo as recomendações do Guia Alimentar Para População Brasileira e do Guia Alimentar Para Crianças Menores de Dois Anos.

REFERÊNCIAS

- GIESTA, J. M. et al. Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 2387-2397, 2019.
- SOUZA, B. S.; MOLERO, M. P.; GONÇALVES, R. Alimentação complementar e obesidade infantil. *Revista Multidisciplinar da Saúde*, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2021.
- MACHADO, J. F. A Introdução da Alimentação Complementar no Brasil. *Revista Multidisciplinar da Saúde*, v. 2, n. 1, p. 65-79, 2020.
- LOPES, W. C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças menores de 24 meses de idade e fatores associados. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 38, 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia alimentar para crianças menores de 2 anos*. Brasília, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Alimentação complementar – posição diante o guia de alimentação do Ministério da Saúde*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/ALIMENTACAO_COMPLEME_NTAR_MS.pdf
- ALCÂNTARA, K. R.; ALMEIDA, S. G. *Alimentos ultraprocessados com altos teores de açúcar nos hábitos alimentares de lactentes*. 2020. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Nutrição) - Centro Universitário de Brasília – uniceub Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2020.
- NEVES, R. O et al. Infant processed food consumption and their interaction to breastfeeding and growth in children up to six months old. *BCM public health*, Porto Alegre, ano 2021, v. 1, n. 1512, 5 ago. 2021. DOI 10.1186/s12889-021-11539-5. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34353303/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ATUAÇÃO DA MENAQUINONA NA REDUÇÃO DO PROCESSO PRÓ-INFLAMATÓRIO SISTÊMICO

Ana Cláudia dos Santos Maciel ¹; (anaclaudiamaciel@hotmail.com)

Henrique Santos de Medeiros ²;

Natália dos Santos Pereira ³;

Rafaela Maria Silva de Brito ⁴;

Jessika Maria Silva Veríssimo de Lima Marques ⁵;

Adacilda do Vale Nascimento ⁶.

¹ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Materno-Infantil pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Funcional pela Faculdade Facuminas, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição com Foco em Autismo, TDAH e Síndrome de Down pelo Centro de Estudos, Avaliação e Pesquisa de Goiás (CEAPG), Goiânia, Goiás, Brasil;

² Graduado em Nutrição pelo Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduado em Nutrição Clínica e Funcional pelo Instituto Nacional de Ensino Superior (INADES), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Pós-Graduado em Fisiologia do Exercício pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Pós-Graduando em Nutrição Clínica e Hospitalar pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE), Recife, Pernambuco, Brasil;

³ Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Recife, Pernambuco, Brasil. Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Clínica e Esportiva pela Faculdade Novo Horizonte, Ipojuca, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição com Foco em Autismo, TDAH e Síndrome de Down pelo Centro de Estudos, Avaliação e Pesquisa de Goiás (CEAPG), Goiânia, Goiás, Brasil. Pós-Graduada em Psicomotricidade Relacional pela Faculdade Futura, Votuporanga, São Paulo, Brasil;

⁴ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Funcional pela Faculdade Facuminas, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil;

⁵ Graduada em Nutrição pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Clínica e Hospitalar pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE), Recife, Pernambuco, Brasil;

⁶ Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Recife, Pernambuco, Brasil. Pós-Graduada em Nutrição Funcional pela Faculdade Facuminas, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

INTRODUÇÃO

A vitamina K é uma substância lipossolúvel que age como uma coenzima capaz de sintetizar diversas proteínas, apresentando uma espécie de subdivisão caracterizada pelo conjunto das vitaminas K1 ou filoquinona, K2 ou menaquinona e também a menadiona ou vitamina K3. (PENTEADO apud MACHADO, NEPOMUCENO, 2010; CHATRON et al, 2019) Tem-se por recomendação dietética diária, a ingestão média de 150 µg/dia para homens e mulheres acima dos 55 anos e de 80 µg/dia para homens e mulheres abaixo dessa idade. (NATIONAL ACADEMIES PRESS, 2001)

MÉTODOS

A metodologia utilizada na formulação dessa pesquisa teve como base inicial a pesquisas buscadas a partir do PubMed, portal de busca que dá acesso à base de dados Medline. Também foi utilizado o portal SCIELO, em busca de informações sobre a atuação da vitamina K2 sobre a melhora de processos inflamatórios mediante problema apresentado no atleta.

RESULTADOS

A vitamina K2 ou menaquinona é produzida por uma variedade de bactérias, embora também seja encontrada em vegetais verdes, na gema de ovo, na manteiga e também em produtos fermentados à base de soja. Também é encontrada naturalmente porém em baixas concentrações, em carnes, assim como em concentrações mais elevadas a partir de outros produtos fermentados como queijo, leite coalhado e ainda chucrute, ajudam a reduzir significativamente a liberação da glicoproteína de interleucina-6, um importante fator para a inflamação sistêmica. (MACHADO, NEPOMUCENO, 2010). Os autores Fugii, 2015 e Pan, 2016 ainda acrescentam que a vitamina K2 como precursora de MK4 e MK7 é capaz de modular as reações imunes e inflamatórias, como evidenciado pela inibição dose-dependente da expressão e produção do gene TNF-α, IL-1α e IL-1β de proteínas TNF-α, IL-1α e IL-1β.

CONCLUSÃO

Diante do exposto até então, é chegada à conclusão que a vitamina K2 é uma das vitaminas responsáveis por prevenir a inflamação, inibindo marcadores favoráveis ao processo inflamatório produzidos pelos glóbulos brancos, conhecido por monócitos, um dos principais leucócitos vitais para a imunidade do corpo humano.

REFERÊNCIAS

BEULENS, J. W.; BOOTH, S. L.; van den HEUVEL, E. G.; STOECKLIN, E.; BAKA, A.; VERMEER, C. The role of menaquinones (vitamin K2) in human health, Br J Nutr. 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-nutrition/article/role-of-menaquinones-vitamin-k2-in-humanhealth/5B9F317B526629D8BA77B6435F1E5509/core-reader>. Acesso em: fev. 2019. CHATRON, N.; HAMMED, A.; BENOIT E.; LATTARD V. Structural Insights into Phylloquinone (Vitamin K1), Menaquinone (MK4, MK7), and Menadiolone (Vitamin K3) Binding to VKORC1. Nutrients. 2019; Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6357001/>. Acesso em: fev. 2019. INTERDISCIPLINAR 2018.2 CURSO DE NUTRIÇÃO FERRER, M. D., CAPO, X., MARTORELL, M., BUSQUETS-CORTES, C., BOUZAS, C., CARRERES, S., MATEOS, D., SUREDA, A., TUR, J. A., PONS, A. Regular Practice of Moderate Physical Activity by Older Adults Ameliorates Their Antiinflammatory Status. Nutrients. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6266855/>. Acesso em: fev. 2019. FORTI, Neusa; DIAMENT, Jayme. Apolipoproteínas B e A-I: fatores de risco cardiovascular? Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 276-282, 2007. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v53n3/a29v53n3.pdf>. Disponível em: mar, 2018. FUJII, S.; SHIMIZU, A.; TAKEDA, N.; OGUCHI, K.; KATSUURA, T.; SHIRAKAWA, H.; KOMAI, M.; KAGECHIKA, H. Systematic synthesis and anti-inflammatory activity of ω-carboxylated menaquinone derivatives--Investigations on identified and putative vitamin K₂ metabolites. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25858455>. Acesso em: mar, 2019. HALDER, M.; PETSOPHONSAKUL, P.; AKBULUT, A.C.; PAVLIC, A.; BOHAN, F.; ANDERSON, E.; MARESZ, K.; KRÄMANN, R.; SCHURGERS, L. Vitamin K: Double Bonds beyond Coagulation Insights into Differences between Vitamin K1 and K2 in Health and Disease. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30791399>. Acesso em: fev. 2019. HUANG, W. C.; WEI, C. C.; HUANG, C. C.; CHEN, W. L.; HUANG, H. Y. The Beneficial Effects of Lactobacillus plantarum PS128 on High-Intensity, Exercise-Induced Oxidative Stress, Inflammation, and Performance in Triathletes. Nutrients 2019, 11, 353. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/11/2/353>. Acesso em: mar, 2019. KLICK, K.; CARVALHO, J. F. Vitamina K: Metabolismo, Fontes e Interação com o Anticoagulante Varfarina. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbr/v46n6/07.pdf>. Acesso em: fev, 2019. MACHADO, N.; NEPOMUCENO, J. C. Efeito modulador da vitamina K contra a ação carcinogênica da doxorubicina, avaliado por meio do teste para detecção de clones de tumor (warts) em Drosophila melanogaster. Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão do UNIPAM: Perquirere, Patos de Minas, n. 7, vol. 1, pag. 180- 193, agosto de 2010. PAINEL DO INSTITUTO DE MEDICINA (EUA) SOBRE MICRONUTRIENTES. Ingestão de Referência Dietética para Vitamina A, Vitamina K, Arsênico, Boro, Cromo, Cobre, Iodo, Ferro, Manganês, Molibdênio, Níquel, Silício, Vanádio e Zinco. Washington (DC): National Academies Press (EUA); 2001. 5. Vitamina K. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK222299/>. Acesso em: junho de 2022; PAN, M. H.; MARESZ, K.; LEE, P.S.; WU, J. C.; HO, C. T.; POPKO, J.; MEHTA, D. S.; STOKS, S. J.; BADMAEV, V. Inhibition of TNF-α, IL-1α, and IL-1β by Pretreatment of Human Monocyte-Derived Macrophages with Menaquinone-7 and Cell Activation with TLR Agonists In Vitro. Acesso em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27200471>. Acesso em: mar, 2019. SHEARER, M. J.; FU, X.; BOOTH, S. L. Vitamin K nutrition, metabolism, and requirements: current concepts and future research. Adv Nutr. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3648719/>. Acesso em: mar, 2019.

Consumo de alimentos industrializados e a correlação com o sobrepeso e a obesidade infantil

Andressa Mota de Souza, Daniele Gomes Martins.
andressa.mdsz@hotmail.com

Universidade Católica Dom Bosco

Introdução

O sobrepeso é o peso corporal excedente aos níveis de normalidade e a obesidade é uma patologia caracterizada pelo excesso de gordura corporal. Os principais fatores associados ao sobrepeso e à obesidade infantil são a má alimentação, a baixa prática de exercícios físicos, a introdução precoce de alimentos industrializados em sua dieta, a propaganda sobre alimentos não saudáveis voltados ao público infantil, o desmame precoce, o maior tempo em frente à televisão e o tempo excessivo em frente a jogos eletrônicos. A má alimentação está associada, principalmente ao alto consumo de alimentos industrializados de alta densidade energética e baixo consumo de frutas, verduras e legumes. O perfil dietético foi trocado de alimentos com alto valor nutritivo por alimentos com altos teores de sal, açúcar e gorduras, criando um cenário "obesogênico" para as crianças. Os alimentos industrializados são encontrados prontos para consumo ou necessitam pouco preparo, sendo então, alimentos de fácil acesso para consumo. Visto que muitos pais alegam não ter tempo em casa para preparar o próprio alimento dos filhos, as crianças estão cada vez mais expostas a estes produtos rápidos e prontos para consumo.

Objetivo

Identificar a influência do consumo de alimentos industrializados na prevalência de sobrepeso e obesidade infantil.

População e métodos

Pesquisa do tipo quantitativa descritiva transversal, realizada com 25 crianças de 6 a 12 anos e seus respectivos pais de uma escola privada da cidade de Campo Grande – MS em 2022. Foi elaborado um questionário autoaplicável para os pais, na qual responderam sobre a alimentação e os dados sociodemográficos do seu filho.

Resultados

Observou-se que 40% das crianças estavam eutróficas e 52% apresentavam excesso de peso. 40% das crianças receberam aleitamento materno de forma exclusiva até os 6 primeiros meses de vida. Outro fator verificado foi que 48% (12) das crianças não realizavam nenhum tipo de atividade física. Sobre o consumo alimentar, observou-se que 40% não consumiam verduras e 32% não consumiam legumes. Com relação ao consumo de alimentos industrializados, 32% consumiam doces diariamente, 64% consumiam iogurte tipo "petit suisse" semanalmente e 36% das crianças consumiam salgadinhos e achocolatados semanalmente.

Conclusão

Salienta-se que os resultados dos estudos apontam que o sobrepeso e a obesidade são um problema cada vez mais frequente e tem iniciado de forma cada vez mais precoce nas crianças brasileiras. Este padrão alimentar com baixo consumo de frutas e hortaliças e alto consumo de alimentos industrializados é um fator de risco para sobrepeso e obesidade tanto no curto, como no longo prazo. Além deste padrão, verificou-se que outros fatores estão relacionados ao excesso de gordura corporal, tais como o baixo percentual de aleitamento materno exclusivo nos 6 primeiros meses, a introdução alimentar precoce e a baixa prática de exercícios físicos.

Referências

1. Melo SPSC, Cesse EAP, Lira PIC, Ferreira LCCN, Rissin A, Filho BM. Sobrepeso, obesidade e fatores associados aos adultos em uma área urbana carente no Nordeste Brasileiro. *Rev. Bras. Epidemiol* 2020; 23.
2. Brasil. Decreto nº8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990 de julho. *Legislação Federal*.
3. Franciqueti FV, Nascimento AF, Corrêa CR. Obesidade, inflamação e complicações metabólicas. *Nutrire* 2015 Abr; 40(1):81-89.
4. Chaves CRMM, Cunha ALP, Costa AC, Costa RSS, Lacerda SV. Estado nutricional e distribuição de gordura corporal em crianças e adolescentes com fibrose cística. *Ciência & Saúde Coletiva* 2015 Nov; 20(11):3319-28.
5. Almeida LM, Formiga WAM, Lima RF, Silva WG, Silva IA, Silva SB, et al. Fatores associados ao sobrepeso e obesidade infantil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde* 2020 Ago-Nov; 58:1-7.
6. Lima GSO, Silva BC, Nascimento MA, Campelo RCV. Fatores de risco associados a obesidade infantil em escolares brasileiros: uma revisão sistemática. *Revista Biomotriz* 2021 Out; 15(1):291-305.
7. Santos BDS, Pontes VLN, Freitas FMNO, Figueiredo RS. A influência da mídia nos hábitos alimentares de crianças e adolescentes. *Brazilian Journal of Health Review* 2021 Nov-Dez; 4(6):25624-33.
8. Louzada MLC, Martins APB, Canella DS, Baraldi LG, Levy RB, Claro RM, et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Rev. Saúde Pública* 2015 Jan-Abr; 49(38).
9. Vicentini MS. Alimentos industrializados: abordagem na indústria, consumidores e governo. *Segurança Alimentar e Nutricional* 2015; 22(1):671-82.
10. Silva NB, Moura VMC, Ibiapina DFN, Bezerra KCB. Aditivos químicos em alimentos ultraprocessados e os riscos à saúde infantil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde* 2019; 21.
11. Barroso FF, Stulbach T, Bom JCP, Toledo Filho M, Souza MFF, Moraes AS, et al. Obesidade infantil e o consumo de alimentos ultraprocessados. *Rev. Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico* 2021 Mai; 12º Ed.
12. Bielemann RM, Motta JVS, Minten GC, Horta BL, Gigante DP. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. *Rev. Saúde Pública* 2015; 49(28).
13. Godinho AS, Araújo DCR, Magalhães EP, Mota LFL, Teixeira VC, Gonçalves JTT. Sobrepeso e obesidade entre crianças em idade escolar 2017; 37(4):167-71.
14. Gadde KM, Martin CK, Berthud HR, Heymsfield SB. Obesidade: fisiopatologia e manejo. *Journal of the American College of Cardiology* 2018; 71(1):67-82.
15. Paes ST, Marins JCB, Andreazzi AE. Efeitos metabólicos do exercício físico na obesidade infantil: uma visão atual. *Rev. Paul. Pediatr*. 2015; 33(1):122-29.
16. Leite LD, Rocha EDM, Neto JB. Obesidade: uma doença inflamatória. *Revista Ciência & Saúde* 2018 jul-dez; 2(2):85-95.
17. Escrivão MAMS. Obesidade na infância e na adolescência. In: Palma D, Escrivão MAMS, Oliveira FLC. *Nutrição clínica na infância e na adolescência*. 1 ed. São Paulo: Editora Manole; 2012. p. 299-324.
18. Balaban G, Silva GAP. Prevalência de sobrepeso em crianças e adolescentes de uma escola da rede privada de Recife. *Rev. J. Pedriatria* 2001; 77(2):96-100.
19. Nobre RS, Franco MS, Sousa GB, Leão MKS, Vale HS, Lima LHO. Conhecimento de escolares sobre aleitamento materno. *Rev. Enferm. UFPE on line* 2019; 13.
20. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos*. 1º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

ibnmi

Instituto Brasileiro de Nutrição Materno-Infantil

@ibnmioficial